

**PAN** JIU-JITSU IBJJF CHAMPIONSHIP

▶ FLÓRIDA  
**Medalhas de ouro no Pan-americano de jiu-jitsu**  
 Pódio 2 ▲

▶ BOLSONARO  
**Ex-presidente recebeu conjuntos de joias com Rolex de diamantes**  
 Política 5 ▲



AMAZONAS

# EMTEMPO

ANO XXXIII - Nº 10.923 - Manaus, quarta-feira 29 de março de 2023 | Presidente de Honra: Otávio Raman Neves

R\$ 1,00

Manaus

# David investe em novas estruturas básicas de saúde

DIVULGAÇÃO

O prefeito de Manaus, David Almeida, reforçou, ontem (28), o compromisso da gestão municipal de investir em novas estruturas básicas de saúde e reformar as existentes, para assim conseguir e ampliar a cobertura assistencial da Secretaria Municipal de Saúde (Semsa) em todas as zonas da capital amazonense e seguir elevando os índices no programa "Previne Brasil", do governo federal.

Dia a dia 7 ▲



DIVULGAÇÃO



▶ PROSAMIN+

**Wilson dá início ao reassentamento de mais 200 famílias**

Política 5 ▲

▶ DISTÚRBIOS VISUAIS

**Oftalmologista alerta sobre uso de 'óculos de camelôs'**

Economia 7 ▲



Divulgação

▶ AMAZONAS

**Turnê para comemorar dez anos do Tubones Coral**

Plateia 8 ▲

Diego Peres/Secom

▶ MUNICÍPIO

**MTur quer transformar Novo Airão em Destino Turístico Inteligente**

Economia 7 ▲



**ANUNCIE AQUI!**

AMAZONAS  
**EMTEMPO AGORA**  
 SO O QUE INTERESSA



COMERCIAL EM  
 TEMPO@GMAIL.COM

CLASSIFICADOSEM  
 TEMPO@GMAIL.COM



(92) 99357-6618  
 CLASSIFICADOS E  
 ASSINATURA



# Duas medalhas de ouro para o AM no Pan-americano de jiu-jitsu

Steffano Cardoso, de 16 anos, brilha em competição internacional

Em Tempo

O lutador Steffano Cardoso, de 16 anos, garantiu duas medalhas de ouro no Pan-Americano Jiu-jitsu Champion Juvenil Blue Middle e Absolute, segunda maior competição da modalidade, realizado na cidade de Kissimmee, na Flórida (EUA). Com apoio do Governo do Amazonas, por meio da Fundação Amazonas de Alto Rendimento (Faar), o atleta recebe o Bolsa Esporte Estadual com promessa no alto rendimento amazonense.

"Quando temos atletas amazonenses conquistando títulos internacionais, sabemos que o nosso trabalho está no caminho certo. Por isso, o Governo do Amazonas tem dado todo suporte necessário, essa vitória só confirma que os investimentos estão trazendo grandes resultados", disse o diretor-presidente Faar, Jorge Oliveira.

Organizado pela International Brazilian Jiu-Jitsu Federation (IBJJF), a edição 2023 do Pan-Americano de jiu-jitsu é uma das competições mais importantes do calendário anual da modalidade.

Praticando o esporte há mais de 9 anos, Steffano garantiu duas medalhas de ouro nas categorias Juvenil 2 Médio e Absoluto Pesado. O atleta destacou que a disputa serviu como preparação para o Campeonato Mundial de Jiu-jitsu que acontecerá na Califórnia (EUA).



Atleta Steffano Cardoso segura suas duas medalhas de ouro conquistadas no Pan-americano de jiu-jitsu, realizado nos EUA

"Na competição realizei lutas boas e bem finalizadas, gostei bastante da minha performance e agora é trabalhar para consertar os erros e no próximo campeonato voltar ainda melhor. Quero agradecer o governador Wilson Lima, por investir

no esporte, elevando o nível do jiu-jitsu", destacou o atleta Steffano.

Além da conquista no Pan-americano, o atleta é destaque em competições regionais, nacionais e mundiais. Já foi campeão Amazonense de Jiu-jitsu em 2022 e disputou

o Campeonato Mundial Absoluto CBJJE, em São Paulo (SP).

## Bolsa Esporte

Lançado pelo Governo do Amazonas, o Bolsa Esporte Estadual, beneficiou 89 atletas, desde a base, paratletas, alto

rendimento e alto rendimento olímpico. O patrocínio inédito busca contribuir para formação de novos atletas, além de ser um incentivo para que os contemplados alcancem níveis nacionais e internacionais em suas modalidades.

## ÍDOLO

### Messi quer reduzir salário pelo Barça

O Barcelona pode estar perto de ter de volta o maior ídolo do clube e um dos maiores jogadores da história do futebol. O retorno de Messi para o clube catalão pode se tornar realidade na próxima temporada, após dois anos de sua saída.

Segundo o jornalista e streamer Gerard Romero, o camisa 30 do PSG aceitaria reduzir o salário e se adaptar às condições financeiras atuais do Barça. Em uma live na 'Twitch', Romero contou que Joan Laporta, presidente do clube, vai precisar ter uma conversa com o jogador.

"Leo Messi está pronto para aceitar um corte salarial e se adaptar a um salário de acordo com a situação do Barça. Laporta precisa ter uma conversa cara a cara com ele. Leo viu os torcedores do Spotify Camp Nou cantando seu nome no último domingo".

Gerard Romero completou dizendo que pessoas da diretoria do Barcelona que eram contra o retorno de Messi agora concordam com a negociação, alegando que pode ser positiva financeiramente. O vínculo do argentino se encerra em julho de 2023 e o jogador já está livre para assinar um pré-contrato com novo clube.



## REDES SOCIAIS

# Hacker invade conta de Neymar no Twitter

Principal astro do futebol brasileiro, Neymar teve a conta no twitter hackeada na tarde dessa terça-feira (28). Quatro postagens foram feitas pelos invasores no perfil do atacante da Seleção e do Paris Saint Germain, até o acesso aos intrusos ser bloqueado e o atacante ter sua conta de vota.

O autor do ataque se intitula @zestyx6, e recentemente também invadiu as redes sociais de alguns, na época, jogadores do Flamengo, como Rodinei e Diego Ribas.

Nas publicações, os invasores compartilharam uma série de mensagens aleatórias e outras conten-



Atacante brasileiro Neymar durante jogo do clube francês Paris Saint Germain

do pedidos de abraços, salves e recados para companheiros usando o nome do atleta. Além disso, eles ainda chegaram a atacar diretamente a página Choquei.

Sobrou também para a atriz Bruna Marquezine, ex-namorada do astro. Além do atacante, a conta da irmã dele, Rafaella, também foi invadida, rendendo uma "brincadeira" do hacker ao tuitar "TE AMO @BruMarquezi" pelo perfil da influencer. Por enquanto, não há relatos sobre invasões ao Twitter de outros jogadores.

Se você não for uma pessoa pública, como o caso de Neymar e outros jogadores de futebol, é improvável

que um hacker tente invadir sua conta. Ainda assim, algumas estratégias de segurança são válidas para qualquer rede social.

Para garantir a proteção da sua conta no Twitter, é interessante manter algumas boas práticas, como criar senhas fortes - ou seja, que incluam letras, números e caracteres especiais - e não sair compartilhando seu login do Twitter em quaisquer plataformas. Essa última dica é válida principalmente para serviços de, por exemplo, ver quem visualizou o seu perfil na última hora. Normalmente, eles solicitam que você faça login na sua conta, e é aí que mora o perigo.

## | Contexto |

**Câmara proíbe medidores**

A CMM (Câmara Municipal de Manaus) aprovou de forma definitiva, nesta segunda-feira (27), a proibição da instalação de medidores aéreos de energia elétrica – o SMC (Sistema de Medição Centralizada) – pela Amazonas Energia. Para evitar que a norma seja derrubada pela Justiça, o vereador Caio André (PSC), autor da proposta, alegou poluição visual. O Projeto de Lei nº 375/2022 foi subscrito por 27 vereadores e havia sido aprovado em primeira discussão na quarta-feira (22). O projeto será enviado para sanção do prefeito David Almeida (Avante).

**Deputados gastam R\$ 1 mi**

A Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) gastou R\$ 1,1 milhão em festas e homenagens em 2022. Para este ano, o valor empenhado aumentou para R\$ 1,5 milhão, alta de 40%. A empresa Contemporâneo Festas e Eventos Ltda. recebeu R\$ 807.833,35 em 2022. Para 2023, a Aleam reservou R\$ 1.130.966,65. Antônio Gonçalves Pedrosa recebeu R\$ 242.187,50 ano passado. Em 10 de janeiro deste ano foi empenhado o valor para o exercício 2023 de R\$ R\$ 339.062,50. O menor valor é destinado à Ferreira e Rocha Comércio de Flores Naturais Ltda. O empenho em favor da empresa foi de R\$ 39.858,35 em 2022 e subiu para R\$ 55.801,69.

**Reassentamento**

O governador do Amazonas, Wilson Lima, deu início ontem ao reassentamento de mais 200 famílias da Comunidade da Sharp e Manaus 2000 que vivem na área de intervenção do Programa Social e Ambiental de Manaus e Interior (Prosamin+) e foram afetadas pelas fortes chuvas do último sábado (25).

Inicialmente, 142 famílias que já estavam com processos de reassentamento adiantados estão recebendo soluções de moradia, como indenizações e auxílio, em valores que somam mais de R\$ 8 milhões. O pagamento foi realizado no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques, Zona centro-sul de Manaus.

**Manaus, promissora para empreendedores**

A capital amazonense é a 22ª cidade dentre as 101 mais populosas no Brasil com melhores condições para o empreendedorismo, segundo ranking do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) referente ao período de 2022/2023, divulgado nesta segunda-feira (27). O levantamento foi produzido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o relatório abrange os 101 municípios mais populosos do Brasil, "organizados de acordo com as melhores condições para empreender", pela Agência Brasil. De acordo com o ranking, Manaus está em 13ª quando o quesito avaliado é a "cultura empreendedora".

**Baixa prevenção**

Estudo divulgado pela Fundação do Câncer no último domingo (26)



DIVULGAÇÃO

## Prefeitura de Manaus investe em novas estruturas de saúde

O prefeito de Manaus, David Almeida, reforçou, na manhã de ontem (28), o compromisso da gestão municipal de investir em novas estruturas básicas de saúde e reformar as existentes, para assim conseguir ampliar a cobertura assistencial da Secretaria Municipal de Saúde (Sems) em todas as zonas da capital amazonense e seguir elevando os índices no programa "Previne Brasil", do governo federal. "Hoje, nós temos 317 estruturas de saúde em Manaus. Destas, já conseguimos reformar 43. Estamos construindo dez UBS (Unidades Básicas de Saúde) porte 4, que vão dar uma nova dinâmica e um novo atendimento à população da cidade de Manaus. Essas estruturas funcionam como mini-hospitais e são capazes de atender mais de mil pessoas por dia. Isso vai facilitar o dia a dia dos usuários do sistema público de saúde", enfatizou Almeida.

Entre essas unidades que estão sendo construídas, está a UBS do Parque das Tribos, que será entregue no início do segundo semestre deste ano e será a maior estrutura de saúde instalada em uma área indígena do mundo. Durante o encontro, foram mostrados os projetos implementados pela Sems nos últimos três anos.

O prefeito de Manaus destacou que o objetivo é reformar todas as unidades administradas pela Sems até o fim de 2024. "Já temos em licitação mais de 12 estruturas que iremos reformar. Estamos revitalizando mais 45, além de fazer a pintura em mais de 150 estabelecimentos", finalizou.

aponta que os Estados da Região Norte têm a menor cobertura vacinal completa (primeira e segunda doses) contra o Papilomavirus humano, o HPV, o principal responsável pelo câncer de colo de útero, em mulheres, e outras formas da doença em homens. A Região Norte foi a que registrou mais mortes por câncer de colo de útero de 2016 a 2020, superando, inclusive, a média de mortes nacionais. Na Região Norte, a cada 100 mil mulheres, 9,6 morreram em decorrência da doença.

**Trajano reclama de juros**

A presidente do conselho de administração do grupo Magazine Luiza, a empresária Luiza Trajano, afirmou estar preocupada com o nível elevado da taxa básica de juros no país. Na semana passada, ela disse não entender por que a taxa básica saiu de 2% para mais de 13% ao ano. A elevação dos juros é um instrumento de política monetária do Banco Central (BC) que visa a controlar a alta de preços na economia (inflação) através de medidas que encareçam a liberação de crédito. A medida desestimula, portanto, o consumo da população.

**Nikolas em defesa de Lira**

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que assumiu a presidência do diretório do Partido Liberal na cidade de Belo Horizonte, saiu em defesa do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Em um vídeo divulgado nas redes sociais, Nikolas também alfinetou o Supremo Tribunal Federal (STF) e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "Agora estamos tendo um embate em relação às MPs, às comissões mistas, de como será feito. Quero abrir os olhos da população brasileira que, geralmente, acha que o senador é só um deputado mais velho", disse.

**Julgamento de Dom e Bruno**

Os acusados das mortes do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista Dom Phillips serão interrogados no dia 17 de abril. A data foi fixada pelo juiz Fabiano Verli, da Justiça Federal do Amazonas. Ele preside a audiência de instrução e julgamento que começou no dia 20 deste mês. Antes do interrogatório, Verli ouvirá outras três testemunhas no dia 11 de abril. A audiência, que tinha previsão de ser concluída em três dias, teve o prazo dobrado em razão de falhas na internet.

O problema foi registrado tanto na sede da Justiça Federal em Tabatinga.

**Redução da maioria penal**

Os deputados federais Bia Kicis (PL-DF) e Evair Vieira de Melo (PP-ES) defendem que o Congresso Nacional debata a redução da maioria penal para 14 anos no Brasil. "A princípio, sempre pensei na redução da maioria para os 16 anos. Mas, diante das informações a que os jovens têm acesso hoje em dia e sobretudo diante dos crimes que alguns têm cometido, acredito que o melhor seja a redução para 14 anos. Vamos trabalhar para o Congresso debater e aprovar essa mudança", disse Bia Kicis.

**Regulação das redes**

O ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB), saiu em defesa de uma união entre os Três Poderes para que se discuta no Brasil a regulamentação das plataformas digitais e da internet. Segundo Dino, é preciso encontrar maneiras de responsabilização e mecanismos de se auditar os algoritmos das empresas de tecnologia. "É preciso tratar sim de regulação, que é humanamente programado e reprogramável,

sobretudo pelas autoridades legitimadas há tanto nos Três Poderes. Defender a liberdade é regulá-la porque diz respeito ao conteúdo do direito, é fixar fronteira entre uso e abuso", declarou.

**Crise renal**

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), foi submetido a uma cirurgia, ontem, para retirada de um cálculo renal, em Londres. Segundo nota divulgada no site oficial do Palácio dos Bandeirantes, a cirurgia correu bem e ele segue em acompanhamento médico.

Tarcísio precisou cancelar sua agenda oficial pela Europa devido a uma crise nos rins durante os compromissos internacionais. Em seu lugar, o secretário de Negócios Internacionais, Lucas Ferraz, está representando o governador nos encontros programados para esta semana.

**Queda de braço**

O presidente da Câmara, Arthur Lira, disse que os líderes vão apresentar algumas sugestões para resolver essa queda de braço com o Senado, que já dura mais de 50 dias. Uma das ideias é alterar a composição das comissões mistas que hoje têm número fixo: 12 deputados e 12 senadores. Para, segundo Lira, ter uma proporção maior de deputados em relação aos senadores, assim como ocorre, por exemplo, na Comissão Mista de Orçamento.

Na pandemia, a instalação das comissões mistas ficou suspensa. Os textos estavam seguindo direto para o plenário.

**'Transpicanha'**

Nesta segunda-feira (27), o deputado federal Rodolfo Nogueira (PL-MS) subiu à tribuna da Câmara dos Deputados para ironizar uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segurando uma abóbora na mão, o parlamentar, que é produtor rural e ligado ao agronegócio, satirizou o discurso eleitoral do petista, que falava em picanha para o prato da população. "Eu queria lembrar o Lula que ele prometeu picanha ao povo brasileiro. Cadê a picanha que o senhor prometeu na campanha?", questionou o congressista no plenário da Casa.

**Em Xangai, Dilma tem 1º dia**

Dilma Rousseff está de volta à vida pública sete anos depois de sofrer um impeachment que a tirou da Presidência do Brasil. Agora, ela retorna em grande estilo e com um salário vultoso de mais de R\$ 2,6 milhões por ano. A ex-presidente esteve ontem em seu primeiro dia de trabalho à frente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), cargo para o qual foi indicada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

A instituição é conhecida como Banco do BRICS e foi criada em 2014 pelos países que integram o bloco econômico de nações emergentes.

## EMTEMPO

Norte Editora Ltda.  
(Fundada em 6/9/87)  
CNPJ: 14.228.589/0001-94  
Endereço: Rua Dr. Dalmir Câmara,  
nº 623, São Jorge - CEP: 69.033-070  
Manaus/AM

Presidente de Honra  
Otávio Raman Neves

Diretor de Redação  
André Moreira

Revisão  
Wanderson Feitoza

## FALE CONOSCO

Assinatura Comercial

(092) 98859-0110

Redação Circulação

(092) 9141-0737

## Aplausos



DIVULGAÇÃO

À Câmara Municipal de Manaus (CMM), que aprovou por unanimidade, nesta segunda-feira (27), o Projeto de Lei nº 375/2022, do presidente da Casa, vereador Caio André (PSC), que proíbe a instalação de medidores aéreos de energia na capital. A matéria seguiu para sanção do prefeito de Manaus, David Almeida (Avante). O projeto foi aprovado em votação final, depois de ter passado por duas comissões na Casa Legislativa, atestando a constitucionalidade da matéria.

## Vaías



DIVULGAÇÃO

Ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, que anunciou um aumento de preços para vistos de turismo, negócios, de estudantes, trabalhadores temporários e investidores, a partir de 30 de maio. O custo dos vistos de turismo e de negócios e de estudantes e intercâmbio subirá de 160 dólares (R\$ 826,59) para 185 dólares (R\$ 955,75). As taxas para alguns vistos temporários de trabalho aumentarão dos atuais 190 dólares (R\$ 981,58) para 205 dólares (R\$ 1.059,03), enquanto o visto de comerciantes e investidores (E) aumentará de 205 dólares (R\$ 1.059,03) para 315 dólares (R\$ 1.627,29).

## Editorial

### Lula na 'Marcha pra Jesus'

O Brasil tem aproximadamente 70 milhões de evangélicos, cerca de 30% da população. A Igreja evangélica continua a sua expansão no Brasil, contando já com um número de fiéis que representa quase um terço da população do país (31%), segundo um estudo já divulgado pelo DataFolha 2020.

A Marcha para Jesus, que reúne o público evangélico de várias denominações, ocorre em várias capitais do Brasil e do mundo. Este ano, é a sua 31ª edição e acontecerá no dia 8 de junho, feriado de Corpus Christi. O evento já faz parte do calendário oficial do país desde setembro de 2009, quando a Lei Federal 12.025 foi sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Apesar de ser o responsável por aprovar a lei, Lula nunca chegou a participar de alguma edição.

Mas será se o presidente Lula vai recusar o convite para a marcha deste ano? Lula tem que ter em mente que o segundo turno das eleições presidenciais de 2022 registrou a menor diferença de votos da história entre os candidatos que disputaram o pleito. Lula foi eleito com 60,1 milhões de votos, enquanto que Jair Bolsonaro (PL), recebeu aproximadamente 58 milhões, quase 2 milhões a menos. Segundo pesquisa divulgada pelo DATATEMPO em 2021, a média do eleitorado de Lula é entre católicos e sem religião. Enquanto do Bolsonaro, são os evangélicos.

Antes das eleições de 2022, especialistas citavam a relevância dos votos dos evangélicos para a escolha do presidente e para compor o Congresso Nacional. Somente na Câmara, são pelo menos 75 deputados autodeclarados evangélicos; quase 15% do total de 513 cadeiras.

Lula terá que conquistar o público evangélico para se ter uma relação mais amistosa e repensar nas pautas como ideologia de gênero, aborto e descriminalização das drogas. Temas polêmicos que vão de encontro à religião cristã. Lados opostos, mas que precisam ser respeitados para o bem-estar de todos.



### Rafael Cervone

engenheiro e empresário, é o presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP)

### Quase um século de lutas da indústria em favor do Brasil

O Brasil teve participação pequena na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mas o conflito provocou imensas dificuldades de importação, criando oportunidades para um crescimento expressivo. Como consequência, o número de indústrias em São Paulo aumentou de 314, em 1907, para 4.458, em 1920. Foi naquele novo cenário geopolítico que nasceu, há 95 anos, em 28 de março de 1928, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), cuja atuação suscitou mudança fundamental no desenvolvimento do setor, que passou a defender seus interesses de maneira autônoma e estratégica.

No regime instaurado em 1930 por Getúlio Vargas, criaram-se os sindicatos patronais e laborais. Por isso, do CIESP surgiu a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Mas, desde então, o CIESP seguiu firme na defesa do setor. Hoje, com cerca de oito mil associados, tem 42 diretorias regionais, que promovem serviços como informação privilegiada, inteligência de mercado, assessoria jurídico-consultiva e técnica, econômica, comércio exterior, infraestrutura, tecnologia industrial, responsabilidade social, meio ambiente, crédito e apoio em pesquisas, feiras, simpósios, rodadas de negócios, cursos e convênios.

Levando em conta todo esse apoio, a proposição de políticas públicas e a defesa setorial, na análise da trajetória do CIESP, assim como da FIESP, é determinante enfatizar seu protagonismo no fomento da indústria. Com as transformações e avanços tecnológicos, o setor chegou a representar 25% do PIB brasileiro, mas sua participação decaiu nos últimos 40 anos, situando-se hoje em 11,3%. Porém, arca com o maior volume no bolo tributário total, em torno de 30%. Tal desproporção afetou muito a competitividade e a capacidade de investimento. Nossa atividade é submetida a elevados impostos, fluxos de juros altos e carência de crédito, câmbio volátil, insegurança jurídica e excessiva burocracia. Sem falar de problemas gerados pela informalidade interna e a con-

corrência desleal externa.

Considerando que o parque fabril gera empregos em grande escala, paga os melhores salários, é o que mais investe em tecnologia e inovação e agrega valor à pauta de exportações, é inevitável uma pergunta: será que se não tivesse sido exageradamente apenado em sua competitividade, o PIB nacional teria sido tão pífito como na década de 2011 a 2020, com expansão média anual de apenas 0,3%? Ouso dizer que, com uma indústria forte e reavivada, a economia de nosso país apresentaria performance muito superior.

Considerando que nosso crescimento segue baixo, cabe aprender com as lições da história. Como na Primeira Guerra, a pandemia, a invasão da Rússia à Ucrânia e as tensões entre China e EUA provocam dificuldade de importações, redução da oferta e aumento dos preços de insumos e certo recrudescimento do protecionismo. Novamente, a indústria tem plenas condições de responder aos desafios e oportunidades. Para isso, estamos fazendo nossa parte, com a disseminação dos preceitos da economia verde, substituição de fontes de energia, governança ambiental, social e corporativa (ESG), digitalização e apoio às empresas. Mas, não basta.

Por isso, estamos lutando perante as autoridades federais, estaduais, municipais e o Parlamento para que o País tenha uma política industrial que reduza impostos (reforma tributária já!), proporcione crédito com juros menores, desonere investimentos e exportações, garanta mais segurança jurídica, promova o aporte tecnológico e estimule as pequenas empresas. É um projeto de Estado e não de governos, com visão de longo prazo.

Como em 1928, quando nasceu, o CIESP acredita muito que seus associados e todos os empresários do setor serão protagonistas de um ciclo virtuoso de crescimento sustentado e desenvolvimento. Sim, nossa mobilização, há 95 anos, tem sido sempre em favor do Brasil.

## Cláudio Humberto

Com André Brito e Tiago Vasconcelos



### Vamos resistir à pauta do retrocesso e obscurantismo

Senador Rogério Marinho (PL-RN) promete oposição à "agenda do atraso" de Lula

### Projeto maroto de Pacheco esvazia Lira e blinda o STF de impeachment

O projeto maroto do presidente do Senado, desfigurando a Lei do Impeachment, objetiva anular a prerrogativa constitucional do presidente da Câmara de decidir sobre abertura do processo. O protagonismo de Arthur Lira consome Rodrigo Pacheco de inveja. Para fazer o serviço, o senador acionou o ministro Ricardo Lewandowski, de alegadas ligações ao PT. Não deu outra: o projeto facilita o afastamento de presidentes e torna mais difícil impichar ministros do Supremo Tribunal Federal (STF)

#### Golpe de mão

O projeto Pacheco/Lewandowski prevê "recurso" ao plenário de decisão do presidente da Câmara, que poderia ser revertida por maioria simples.

#### Ativismo autorizado

Dependendo da plateia, o ativismo de ministros do STF, manifestando-se politicamente sobre temas a serem julgados, passaria e ser permitido.

#### Ops, atrasou

Outro objetivo do projeto era viabilizar o impeachment do ex-presidente Jair Bolsonaro, mas a turma era lenta e foi concluído com atraso.

#### Intenção fake

Para pegar Bolsonaro, o projeto inclui "fake news", que não é crime, entre crimes de responsabilidade que podem resultar em impeachment.

#### Ratinho e Tarcísio são apostas de Kassab para 2026

Os governadores do Paraná, Ratinho Júnior, e de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas, são as principais apostas do ex-ministro Gilberto Kassab, presidente nacional do PSD, para as eleições presidenciais de 2026. Ao contrário de Tarcísio, que até se recusa a tratar do assunto, Ratinho sonha claramente com o projeto presidencial. Aliados de primeira hora acham que a candidatura à sucessão de Lula é o "caminho natural".

#### Cada um com sua dor

Além de governar o maior Estado, Tarcísio tem a chance de representar o bolsonarismo, mas, ao contrário de Ratinho, pode disputar a reeleição.

#### Pole position

Ao contrário de Lula, decepção nos seus cem primeiros dias, os governadores

do PR e SP têm desempenho elogiado pelos eleitores.

#### Mantendo a média

O desafio de Ratinho e Tarcísio é manter a avaliação positiva dos seus governos, a fim de serem credenciados à disputa presidencial.

#### Senado garante impunidade

O assassinato da professora a facadas, em São Paulo, fez lembrar que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, engaveta propostas de redução da maioria penal. O Senado cozinha o tema desde 1993, há 30 anos.

#### Mentira oficial

O governo se manteve calado diante o desafio de Rosângela Moro, deputada, mulher e mãe, que cobrou do novo "Ministério da Verdade", criado para "lutar contra fake news", que reconheça a mentira de Lula sobre "armação" das vítimas, na trama para assassinar autoridades.

#### Soco no presidente

Ao ser indagado sobre a briga entre os presidentes do Senado e da Câmara sobre medidas provisórias, o senador Eduardo Gomes (PL-TO) observou: "quem primeiro desferir um soco, vai acertar no Lula".

#### Mãos no cofre

Viraliza nas redes sociais meme mostrando fotos de Dilma quando era julgada, nos tempos de chumbo, e hoje. Com a legenda: "De assaltante de banco a presidente de banco. Nunca desista dos seus sonhos".

#### Irresponsabilidade

Virou briga no PT do Ceará a disputa pelo controle do Inbra. Irresponsavelmente, o comando do órgão federal de "reforma agrária" foi entregue aos radicais do MST, desagravando a bancada federal.

#### Aberto brazuca

O banco Itaú é o principal patrocinador do Aberto de Tênis de Miami, nos Estados Unidos. Até em razão da presença expressiva de brasileiros na entre os moradores da cidade e, também, na plateia.

#### São uns artistas

Agentes do Detran do DF, que recebem acima dos R\$20 mil mensais e mal são vistos durante o dia, ganham folga de 60 horas após plantão noturno. Ganham: o Tribunal de Contas mandou acabar a brincadeira.

#### Tamanho do problema

O banco First Citizens, da Carolina do Norte, fechou a compra do Silicon Valley Bank, que faliu no mês passado. Herdará US\$119 bilhões em depósitos, equivalente ao triplo do valor de mercado do Itaú.

#### Pensando bem...

...o "combate a fake news" do governo só se importa com a mentira dos outros.

#### PODER SEM PUDOR

#### Eleitorado difícil

Então deputado federal, Fernando Gabeira andava descrente no eleitorado. Em visita a Anapu (PA), falou da incerteza da eleição que enfrentaria em 2006, sobretudo dos eleitores conquistados com bandeiras como a descriminalização da maconha: "Está difícil: as prostitutas, que votam em mim, traem por profissão. Os maconheiros nem sempre acordam a tempo de votar e, quando fazem isso, esquecem meu número. E os gays só querem saber de Lindbergh Faria, o 'lindinho'."



## ‘Vida nova’, diz Wilson Lima sobre reassentamento de mais 200 famílias

Parte das famílias que ainda não está com processo de reassentamento concluído receberá Bolsa Moradia Transitória no valor de R\$ 550

O governador do Amazonas, Wilson Lima, deu início nesta terça-feira (28) ao reassentamento de mais 200 famílias da Comunidade da Sharp e Manaus 2000 que vivem na área de intervenção do Programa Social e Ambiental de Manaus e Interior (Prosamin+) e foram afetadas pelas fortes chuvas do último sábado (25).

Inicialmente, 142 famílias que já estavam com processos de reassentamento adiantados estão recebendo soluções de moradia como indenizações e auxílio, em valores que somam mais de R\$ 8 milhões. O pagamento foi realizado no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques, Zona Centro-Sul de Manaus.

As demais 58 famílias, que por se encontrarem nas áreas mais críticas impactadas pelas chuvas, recebem Bolsa Moradia Transitória no valor de R\$ 550 – com o pagamento da primeira parcela já sendo efetuado –, até que o processo de reassentamento delas seja feito de forma definitiva.

Dessas 58 famílias, mais de 40 já receberam a primeira parcela. O atendimento para início do pagamento da bolsa para as outras famílias será feito ao longo dessa semana.

“Quem está saindo lá do alagado vai ter uma vida nova, vai ter uma perspectiva nova de vida. Agora, vocês não têm ideia o quanto isso me realiza enquanto cidadão, enquanto ser humano, em ser um instrumento para poder ajudar a mudar a vida das pessoas. E é isso que faz sentido na minha vida



O governador esteve pessoalmente na prestação de auxílio para as famílias nesta terça-feira, na Zona Centro-Sul

enquanto governador, poder trabalhar por quem tanto precisa”, declarou Wilson Lima.

Além do governador, participaram da solenidade secretários municipais, como o superintendente estadual de Habitação, Jivago Afonso; deputadas e deputados estaduais como Alessandra Campêlo, Abdala Fraxe, Joana D’arc, Maira Dias e Débora Menezes; e os vereadores Diego Afonso e Glória Carrate.

### Pagamentos

Com as 142 indenizações desta terça-feira, chega a 410 o número de famílias das duas áreas do Prosamin+ com o processo de reassentamento concluído pelo Governo do Amazonas.

Os pagamentos variam entre indenização, bônus moradia, auxílio moradia, bolsa moradia transitória, unidade habitacional ou fundo de comércio. Os processos tramitam na Superintendência Estadual de Habitação (Suhab).

“Agradeço toda a equipe do projeto que está ajudando a gente a sair dessa área de risco. E agora é só alegria, vou ter uma casa boa para morar com meus filhos”, relatou a comerciante Rosimeire dos Santos Padilha, que mora na Sharp há 9 anos e está entre as 58 famílias que passaram a receber o Bolsa Moradia Transitória.

### Prosamin+

Executado pela Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE), o

novo Prosamin+ vai urbanizar uma área de 340 mil m<sup>2</sup>, ao longo do Igarapé do Quarenta, num trecho entre a avenida Manaus 2000, no Japiim, e a Comunidade da Sharp, onde serão reassentadas, no total, 2.383 famílias, cadastradas desde 2020, quando iniciaram os trabalhos na área.

Além de promover o saneamento básico e a urbanização onde atua, o programa contribui com a retirada das pessoas das áreas de risco, evitando que, em época de chuva, fiquem vulneráveis.

### Fortes chuvas

No último domingo, Wilson Lima, acompanhando o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, e a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, percorreu a comunidade da Sharp e outras áreas fortemente atingidas pelo temporal que provocou alagamentos em Manaus.

Os ministros assumiram o compromisso de, por meio do Governo Federal, dar apoio para levar ajuda humanitária e contribuir para o reassentamento das famílias.

Na segunda-feira, o governador se reuniu com representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Brasília (DF), para fortalecer a parceria com a instituição e acelerar as etapas do Prosamin+. Wilson Lima foi recebido por Morgan Doyle, representante do BID no Brasil, e Gustavo Mendez, especialista em Água e Saneamento.

“O governador Wilson Lima demonstrou para o BID a necessidade de aceleração no processo de pagamento, na liberação de recursos, na inclusão de mais imóveis que foram identificados em área de risco em virtude das fortes chuvas dos últimos dias. A nossa previsão é para que até o meio do ano todas as famílias que residem na área de risco sejam reassentadas e retiradas dessas áreas”, concluiu o superintendente da Suhab Jivago Afonso.

### ▶ PAUTA FEMININA

## Aleam e DPE assinam Termo de Cooperação Técnica que fortalece a Procuradoria Especial da Mulher

Na manhã desta terça-feira (28), a Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), por meio de sua Procuradoria Especial da Mulher, e a Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) assinaram Termo de Acordo de Cooperação Técnica, com o objetivo de conjugar esforços para promover a proteção integral aos direitos das mulheres que procuram por apoio jurídico junto à Procuradoria Especial da Casa Legislativa.

O presidente da Aleam, deputado Roberto Cidade (UB), ressaltou a importância do acordo para o atendimento da Procuradoria Especial. “Com esse Acordo vamos de fato dar agi-

lidade nos processos das mulheres que vierem até a Procuradoria, com a equipe da Defensoria Pública, que estará acompanhando as demandas. Isso aumenta a agilidade do atendimento e beneficia as mulheres do Estado”, destacou.

A defensora pública Carol Carvalho explicou como a equipe da DPE-AM vai auxiliar o trabalho da Procuradoria Especial da Aleam.

“Esse diálogo interinstitucional é extremamente importante para avançarmos em pautas essenciais para as mulheres. Então, a Defensoria vai estar aqui à disposição para atender todos os casos de guarda dos filhos, investigação de paternidade,

reconhecimento de solução de união estável e a todas as necessidades que as mulheres buscarem aqui na Aleam”, afirmou.

O defensor público geral do Estado do Amazonas, Ricardo Queiroz de Paiva, avaliou que o acordo é um passo importante. “É um grande avanço para a DPE-AM, vamos junto com a Aleam acolher essas mulheres, as vítimas, e poderemos auxiliar em outras situações que surgem em casos de violência. Isso é essencial para que possamos combater a violência contra as mulheres. A Defensoria está aberta a futuras parcerias com o Poder Legislativo para atender a população”, declarou.

### ▶ PRESENTE SAUDITA

## Bolsonaro recebeu 3º conjunto de joias com Rolex de diamantes

O ex-presidente Jair Bolsonaro levou um terceiro pacote de joias dadas pelo regime da Arábia Saudita quando deixou o mandato, no fim de 2022. O Estadão apurou que o estojo inclui um relógio da marca Rolex, de ouro branco, cravejado de diamantes.

A caixa de madeira clara, que traz o símbolo verde do brasão de armas da Arábia Saudita, contém uma caneta da marca Chopard prateada, com pedras incrustadas. Há um par de abotoaduras em ouro branco, com um brilhante cravejado no centro e outros diamantes ao redor. Compõe o conjunto, ainda, um anel em ouro branco com um diamante no centro e outros em forma de “baguette” ao redor, uma “masbaha”, um tipo de rosário árabe, feito de ouro branco e com pingentes cravejados em brilhantes.

O relógio Rolex é encontrado na internet pelo preço de R\$ 364 mil.

Os demais itens, quando comparados a peças similares, somam, no mínimo, R\$ 200 mil. Isso significa que esta terceira caixa de presentes está estimada em mais de R\$ 500 mil, na hipótese mais conservadora.

A reportagem apurou que este conjunto de joias, diferentemente das outras duas caixas enviadas a Bolsonaro, foi recebido em mãos pelo próprio ex-presidente, quando esteve com sua comitiva em viagem oficial a Doha, no Catar, e em Riad, na Arábia Saudita, entre os dias 28 e 10 de outubro de 2019.

A reportagem apurou que, neste caso, Bolsonaro voltou com o conjunto de joias para o Brasil e deu ordens para que os itens fossem levados a seu acervo privado, o que foi confirmado no dia 8 de novembro de 2019, pelo Gabinete Ajunto de Documentação Histórica da Presidência.

# Novo Airão será transformado em Destino Turístico Inteligente

Diego Peres/Secom

Novo Airão vem sendo adotado pelo governo do Estado como modelo de cidade inteligente de turismo no Amazonas

Novo Airão (distante 115 quilômetros de Manaus) foi escolhido pelo Ministério do Turismo (MTur) para integrar a Estratégia Nacional Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) Brasil. Com o apoio da Empresa Estadual de Turismo (Amazonastur), Novo Airão foi um dos doze selecionado entre as 500 cidades concorrentes para receber a consultoria que auxiliará o município na capacitação e construção de um plano de transformação.

Na Região Norte, apenas Novo Airão e Belém foram selecionados. A consultoria será realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em parceria com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O resultado do edital foi divulgado na sexta-feira [24].

De acordo com o presidente da Amazonastur, Gustavo Sampaio, a primeira reunião com o grupo de municípios selecionados ocorrerá em São Paulo, no próximo dia 4 de abril, durante a World Travel Marketing (WTM Latin America), o maior evento para negócios do segmento do turismo. "Novo Airão é um município que vem sendo adotado pelo Governo do Estado como modelo de cidade inteligente de turismo aqui no Amazonas e ter sido selecionada pelo

BID é o espelho de todo o trabalho que vem sendo feito. Trabalho de regularização, de ordenamento que vem sendo feito na cidade, valorizando o que é da terra, nossas raízes, nossa cultura e claro, o ecoturismo, as belezas naturais de Novo Airão, que é uma cidade belíssima", afirmou Gustavo.

O presidente da Amazonastur ressaltou, ainda, que ter o município selecionado auxilia o Amazonas a se posicionar a nível internacional. "Ter o reconhecimento de uma instituição de alto renome como o BID para a gente é muito importante", destacou.

A metodologia criada na Espanha segue nove pilares: Governança; Inovação; Tecnologia; Sustentabilidade; Acessibilidade; Promoção e Marketing; Segurança; Mobilidade e Transporte; e Criatividade.

Para a secretária municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Novo Airão, Suzianne de Oliveira, a oportunidade vai alavancar não só o nome de Novo Airão, como de todo o Amazonas no cenário turístico do Brasil.

"Queremos agradecer aqueles que, desde 2019, têm investido e acreditado que Novo Airão pode ser a cidade inteligente da Amazônia, em especial o Governo do Estado que acredita no projeto do turismo pautado na sustentabilidade, educação, tecnologia e, agora, inovação", disse a secretária.

Conforme o Sebrae, um



Novo Airão terá investimentos de sustentabilidade, educação, tecnologia e inovação

destino turístico inteligente gerencia processos de visitação de forma sustentável, se comprometendo a gerar experiências positivas na região. Entre as principais iniciativas que podem ser aplicadas, segundo o Sebrae, estão a implantação de acessibilidade, acesso à internet em pontos estratégicos,

facilitação no acesso de informações turísticas, criação de aplicativos de suporte aos visitantes, entre outras.

## Edital

O edital do "Programa Turismo Futuro Brasil" teve três premissas fundamentais: a participação de quaisquer municípios,

desde que estivessem no Mapa do Turismo Brasileiro 2022 do Ministério do Turismo, a representatividade das cinco regiões brasileiras e selecionar destinos com perfis distintos, de pequeno, médio e grande porte.

Na Região Norte foram selecionadas a capital Belém e a cidade de Novo

Airão (AM). Já no Centro-Oeste, as cidades escolhidas foram Pirenópolis (GO) e Bonito (MS). No Nordeste, Penedo (AL) e as capitais São Luís e Recife. No Sul do país, a capital Curitiba e Bombinhas (SC) foram as escolhidas. Já no Sudeste, Belo Horizonte, Ilhabela (SP) e Paraty (RJ) receberão a metodologia.

## ECONOMIA CIRCULAR

# Manaus vai participar de evento sobre economia sustentável

Divulgação

A Prefeitura de Manaus, via Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb), vai participar do evento regional "Economia Circular & Gestão de Resíduos - rumo a práticas mais sustentáveis", que ocorrerá em Fortaleza (CE), nos dias 4 e 5 de maio, dentro da programação do Programa Internacional de Cooperação Urbana (Iurc).

O projeto global dá apoio a cidades de diferentes regiões do mundo, para compartilhar soluções e desafios comuns no desenvolvimento urbano sustentável. Este é o último ano da cooperação internacional com mais intercâmbio e troca de experiências e vivências com a cidade-membro parceira de Manaus, Nápoles, na Itália.

Em Fortaleza, o evento é organizado em parceria com o Instituto de Ciência e Inovação do Município (Ci-

tinova) e a prefeitura local. Para os participantes do Iurc América Latina, será uma oportunidade de fazer networking com especialistas internacionais, bem como obter mais conhecimento prático sobre a economia circular. Os custos são financiados pela União Europeia.

"Vamos conhecer experiências na área, na prática, e o intercâmbio permite que possamos aprimorar cada vez mais nossas políticas públicas, tendo como ponto de vista casos bem-sucedidos Brasil e mundo afora", explicou o vice-presidente do Implurb, arquiteto e urbanista Claudemir Andrade.

Fortaleza trabalha com projetos como microparques, ilhas ecológicas e lixeiras subterrâneas, além de usar triciclos elétricos para a coleta seletiva, biodigestores em escolas e produção de biogás, entre

outras iniciativas.

"Teremos ainda pautas sobre eventos culturais, de turismo e promoção do espaço público com a comunidade e técnicos, compartilhando soluções e experiências. A nossa intenção é que, após as obras de revitalização previstas e em curso para o 'Nosso Centro', se consiga manter o território sustentável e atrativo para a população visitar, morar, ocupar com arte e turismo", explicou Andrade.

Ainda estão na agenda estudos de projeto de regeneração urbana em orlas; sustentabilidade; engajamento comunitário; reabilitação de edifícios históricos para atividades culturais; e convite a outras cidades, como Barranquilla (Colômbia), Málaga (Espanha) e Santo Domingo (República Dominicana), para que possam apresentar casos dentro dos temas.



Manaus debaterá soluções e desafios no desenvolvimento urbano sustentável

# Prefeitura investe em novas estruturas básicas de saúde

O compromisso da gestão municipal é investir em novas estruturas básicas de saúde e reformar as existentes

Redação

O prefeito de Manaus, David Almeida, reforçou, ontem (28), o compromisso da gestão municipal de investir em novas estruturas básicas de saúde e reformar as existentes, para assim conseguir ampliar a cobertura assistencial da Secretaria Municipal de Saúde (Semsa) em todas as zonas da capital amazônica e seguir elevando os índices no programa "Previne Brasil", do governo federal.

A declaração ocorreu durante reunião realizada na sede da Semsa, localizada na avenida Maceió, bairro Adrianópolis, Zona Centro-Sul. Participaram do encontro a titular da pasta, Shádia Fraxe, e os subsecretários Nagib Salem e Djalma Coelho.

"Hoje, nós temos 317 estruturas de saúde em Manaus. Destas, já conseguimos reformar 43. Estamos construindo dez UBS (Unidades Básicas de Saúde) porte 4, que vão dar uma nova dinâmica e um novo atendimento à população da cidade de Manaus. Essas estruturas funcionam como mini-hospitais e são capazes de atender mais de mil pessoas por dia. Isso vai facilitar o dia a dia dos usuários do sistema público de saúde", enfatizou Almeida.

Entre essas unidades que estão



David Almeida destaca o compromisso de ampliação da cobertura assistencial da Semsa

sendo construídas está a UBS do Parque das Tribos, que será entregue no início do segundo semestre deste ano e será a maior estrutura de saúde instalada em uma área indígena do mundo.

Durante o encontro, foram mostrados os projetos implementados pela Semsa nos últimos três anos. As marcas contribuíram para que Manaus saísse da crise instalada durante a segunda onda de casos da Covid-19, em 2021, para referência em saúde básica no

Brasil, sendo a primeira colocada no ranking das capitais nos últimos três trimestres, de acordo com os índices do "Previne Brasil", programa do Ministério da Saúde, que avalia a qualidade do serviço básico oferecido em todo país.

O prefeito de Manaus destacou que o objetivo é reformar todas as unidades administradas pela Semsa até o fim de 2024.

"Já temos em licitação mais de 12 estruturas que iremos refor-

mar. Estamos revitalizando mais 45, além de fazer a pintura em mais de 150 estabelecimentos. Com isso, vamos alcançar quase todos os nossos estabelecimentos de saúde. Foram reformas, pinturas, recuperação e construção. Além disso, os espaços foram equipados e abastecidos para que não falem medicamentos para quem precisa. Esse é o compromisso da prefeitura e vamos sempre buscar ampliar a nossa vantagem no "Previne Brasil", finalizou.

## AMEAÇA

### Suspeito de divulgar cenas íntimas da ex

A Polícia Civil do Amazonas (PC-AM), por meio da Delegacia Interativa de Polícia (DIP) de Coari (a 363 quilômetros de Manaus), prendeu, na segunda-feira (27), um homem, de 31 anos que estava sendo investigado por divulgar cenas íntimas da sua ex-companheira. Na ocasião, foram encontradas com ele uma arma de fogo e várias munições de calibres distintos, no bairro Espírito Santo.

De acordo com o delegado José Barradas, titular da unidade policial, a prisão aconteceu em decorrência de um mandado de busca e apreensão em nome dele, que estava sendo investigado pelos crimes de ameaça e divulgação de cenas de sexo de sua ex-companheira, de 38 anos.

"O crime ocorreu no dia 18 de março deste ano, quando o autor estava na casa da vítima, e tirou fotos dela sem consentimento. Logo depois, quando ela estava distraída, ele divulgou as imagens via aplicativo de mensagens para terceiros", contou Barradas.

Segundo a autoridade policial, após a prática do crime, ele ainda ameaçou a vítima com uma arma de fogo, caso ela não continuasse com o relacionamento amoroso. Ela registrou um Boletim de Ocorrência (BO) contra ele, e foram iniciadas as investigações.

## PREJUDICIAIS

### 'Óculos de camelôs' podem prejudicar a visão de manauaras

Redação

Dores de cabeça, imagens embaçadas, cansaço visual, tonturas e sonolência. Esses são apenas alguns dos sintomas com que as pessoas que usam óculos sem receitas comprados em camelôs, feiras e farmácias convivem diariamente.

Facilmente encontrados, esses produtos que chegam a custar até R\$ 20 nas ruas de Manaus, funcionam apenas como lupas que auxiliam na visão de perto, uma vez que são confeccionados com lentes esféricas positivas e são totalmente ineficazes para pacientes míopes (que necessitam de lentes esféricas negativas) e astigmatas (que usam lentes cilíndricas).

De acordo com o médico oftalmologista do Hospital Nilton Lins (HNL), Thiago Monteiro, apesar de não contribuírem para o desenvolvimento de doenças estruturais nos olhos, como catarata e glaucoma, os óculos sem receitas provocam sérios distúrbios visuais e afetam diretamente na qualidade de vida de seus usuários.

"Esses óculos são feitos com o mesmo grau em ambas as lentes, mas cada caso é um



Produtos de camelôs chegam a custar até R\$ 20 nas ruas de Manaus

caso, e nem sempre o paciente tem o mesmo grau nos dois olhos. São produtos padronizados que além de não fazerem a correção correta do problema, tem a qualidade da lente ruim", explicou.

O especialista também acrescenta que o número de pacientes que buscam a assistência oftalmológica no HNL com sintomas provocados pelo uso frequente destes óculos tem aumentado nos últimos anos,

apesar de muitos omitirem a informação na consulta. "O perfil de usuários desses óculos é de adul-

tos, em média a partir de 40 anos, que começam a ter sintomas de presbiopia (dificuldade para ler de perto) e que não tem condições de comprar óculos com receita. Mas a cada ano, há uma piora na visão fisiológica e o uso contínuo e errado afeta a graduação que seria adequada para tratar o problema no futuro".

Raios ultravioletas

Para crianças, Monteiro alerta que os óculos sem receita não funcionam e podem piorar o erro refracional do paciente, além de provocar sintomas como dores de cabeça e o desenvolvimento do estrabismo.

Os óculos de sol adquiridos nas ruas, também muito consumidos pela população, representam um

risc

para a saúde. De acordo com o especialista, eles criam uma falsa sensação de segurança, mas na verdade são nocivos, uma vez que não tem proteção contra os raios UVA/UVB e podem causar danos na córnea, cristalino e retina.

"Os óculos solares adequados são os polarizados com proteção contra os raios ultravioletas. Inclusive, se o paciente tiver algum tipo de grau, é possível confeccionar com a mesma receita dos óculos normais os óculos solar", acrescentou.

Os atendimentos oftalmológicos no Hospital Nilton Lins ocorrem diariamente. Os agendamentos das consultas podem ser feitos pelo número de WhatsApp (92) 3643-2133 para pacientes particulares e também para portadores dos planos Fusex e You Saúde.



## 'Tubones Coral' comemora dez anos com turnê pelo Amazonas

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

A primeira apresentação do projeto de extensão da UEA será em São Gabriel da Cachoeira

Da redação

O Tubones Coral, projeto de extensão da Escola Superior de Artes e Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (Esat/UEA), completará dez anos em 2023. Para celebrar a data, o grupo iniciará, no mês de abril, a "Turnê 10 anos Tubones Coral", que percorrerá oito municípios do Amazonas. A primeira apresentação será no dia 1º de abril, às 20h, no Ginásio Arnaldo Coimbra, na avenida Castelo Branco, em São Gabriel da Cachoeira (distante 852 quilômetros de Manaus).

Fabio Carmo Plácido Santos, coordenador do projeto e professor da UEA, explica que o Tubones nasceu para colocar em prática o que é ensinado nas aulas do curso de Música. "A intenção era praticarmos uma atividade pedagógica. Mas, com o tempo, percebemos que esse grupo poderia fazer parte de várias atividades que acontecem na universidade, como colação de grau, ou fazendo a parte cultural dos eventos", informa.

Segundo o professor Fabio, o Tubones Coral é, também, uma atividade social. Isso porque, além de os alunos praticarem e terem contato com o público, existem pessoas da comunidade que partici-



Integrantes do "Tubones Coral" na escada de acesso ao palco do Teatro Amazonas

pam. "Essa interação é ensino, pesquisa e extensão com o público externo da academia. Acho muito importante o projeto, visto ele ser um leque de possibilidades", destaca.

Hoje, o grupo conta com 16 integrantes, sendo 11 trombones tenores, dois trombones baixos, uma tuba e dois percussionistas. As programações agendadas do Tubones Coral acontecerão em São Gabriel da Cachoeira, (1º de abril); Tabatinga (20 e 21 de maio); Itacoatiara (10 e 11 de junho); Manaus (13 de junho); Presidente Figueiredo (17 e 18

de junho); Manacapuru (08 e 09 de julho); Parintins (15 e 16 de agosto); e em Tefé (22 e 23 de julho).

"Comemoramos 10 anos do Tubones em 2023. A data oficial é dia 13 de junho, mas iniciaremos uma turnê com uma série de concertos em vários municípios do Amazonas. Ela culminará com um evento no dia 13 de junho para celebrar esses 10 anos do projeto de extensão Tubones Coral. O projeto leva música regional, popular brasileira e clássica aos quatro cantos do estado. Serão sempre dois concertos:

um na unidade ou em algum espaço do município, e outro no domingo, em uma igreja da cidade", explica o coordenador.

### Apresentações e repertório

O Tubones ficou marcado nas apresentações institucionais da UEA, principalmente na tradicional divulgação do resultado do Vestibular e do Sistema de Ingresso Seriado (SIS). "O Tubones, na verdade, já é da casa! Faz toda a parte artística e cultural da UEA. É bem interessante porque o momento dos resultados é de

imensa alegria e euforia. E o Tubones está lá, fazendo parte da vida de muita gente. Mas ele também faz-se presente em outras atividades como, por exemplo, o Seminário de Metais. Este é um evento consolidado na universidade, com o apoio da Fapeam."

O repertório do grupo é erudito, mas há o repertório popular como as toadas dos bois-bumbás Caprichoso e Garantido. "Tocamos Amazonas Moreno, Porto de Lenha, Festa da Raça, Saga do Cano-eiro, entre outras músicas que atraem o público", finaliza o

professor Fabio Carmo.

### Histórico do Tubones Coral

A primeira apresentação do grupo foi realizada em junho de 2013, na Catedral Metropolitana de Manaus - Nossa Senhora da Conceição, com um repertório erudito. Com o aumento da demanda por parte da universidade, o grupo inseriu música popular e, também, músicas de cunho regional, buscando a formação de público e também para suprir a demanda de atrações culturais nos eventos acadêmicos.

### POESIA

## Livros com descontos para comemorar aniversário de Thiago de Mello

No dia 30 de março, Thiago de Mello faria 97 anos. A Editora Valer preparou uma homenagem ao autor, aos leitores e fãs do 'Guru Grande', como o chamou Gabriel Garcia Marques. Todos os livros do poeta entre os dias 27 e 31 de março, estarão com 30% de desconto.

Entre os livros que estarão com o desconto, estão: "Silêncio e palavra", "Estatutos do homem", "Manaus - Amor e memória", "A floresta vê o homem" e o "Notícias da visita que fiz no verão de 1953 ao rio Amazonas e seus barrancos", este último publicado em 2020 pela

editora.

A editora também publicará diversos artigos sobre as obras do autor no blog do grupo: [www.blogdavaler.com](http://www.blogdavaler.com). Lá estarão disponíveis textos, entrevistas e vídeos sobre o maior poeta da Amazônia.

Para adquirir uma das seis obras de Thiago de Mello editadas pela Valer, basta acessar o site [www.editoravaler.com.br](http://www.editoravaler.com.br) ou solicitar pelo WhatsApp no número 92 99613-1113.

**Sobre Thiago de Mello**  
Amadeu Thiago de Mello nasceu em Pombal, município de Barreiri-

nha (interior do Estado do Amazonas), no dia 30 de março de 1926 e é um poeta e tradutor brasileiro. É um dos poetas mais influentes e respeitados no país, reconhecido como um ícone da literatura brasileira.

O Grupo Valer também produziu um vídeo, disponível no canal do youtube da editora, sobre a vida e obra do escritor, que assim como Jorge Amado, fez amizades e foi admirado por intelectuais do mundo todo, como Manuel Bandeira, Pablo Neruda, Fernando Henrique Cardoso, Salvador Allende, dentre outros.



FABIANO CONTARATO/TWITTER

Poeta amazonense Thiago de Mello completaria 97 anos em 2023

# Classifitempo

EMTEMPO

LIGUE E ANUNCIE:

(092) 98859-0110 - Whatsapp

www.emtempo.com.br

Comercialtempo@gmail.com

Classificadosemtempo@gmail.com



**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A - AFEAM**  
 AV. CONSTANTINO NERY, 5733 - FLORES - CEP 69.058-795 - MANAUS/AM - CNPJ: 03.183.937/0001-38



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Valores expressos em Real (R\$)

Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, cumprindo disposições legais e estatutárias, apresenta, para o período encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Relatório da Administração e os demais peças das Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, dentre as quais as emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil e as Leis Federais nº 4.595, de 1964 e nº 6.404, de 1976.

**I - AFEAM**  
 A AFEAM é um órgão da administração indireta do Estado, constituída como empresa pública sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, teve sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 2.505, de 1998 e suas regras de constituição e funcionamento definidas pela Resolução CMN nº 2.374, de 1999 (norma regulamentadora do art. 1º, § 2º da Medida Provisória 1.773-32, de 1999), revogada pela Resolução CMN nº 2.826, de 2021, e suas alterações posteriores. Obteve autorização do Banco Central do Brasil/BCB para iniciar seu funcionamento pela carta DECREF/DEFIN nº 98-195, de 1999, publicada no Diário Oficial de mesma data, sendo enquadrada como Instituição Financeira não bancária por força de que dispõe a Medida Provisória nº 2.139-64, de 2001. A composição acionária da sociedade é formada pelo Estado do Amazonas (detém 99,96% das ações) e pelo Município de Manaus/AM (detém 0,02% das ações). Tem a missão institucional de "Promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas por meio do fomento de atividades produtivas, proporcionando a geração de emprego e renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense". Seu objeto social é a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos no Estado do Amazonas que atendam aos diversos setores da atividade econômica, prioritariamente aos pequenos negócios.

**II - PRINCIPAIS REALIZAÇÕES**  
 No exercício de 2022, destacamos o desempenho da AFEAM nos segmentos abaixo:

- Desempenho Estratégico**
- Gestão de Produtos e Serviços:** Considerando que as atividades econômicas voltaram a funcionar normalmente em função da redução do cenário da COVID-19, portanto, não havendo mais necessidade de todas as excepcionais implementadas nos Planos Emergenciais de Contorno e de Renegociação de dívidas no biênio de 2020 - 2021. Foi ressuscitado que, em 2022, a AFEAM lançou o Programa **+Crédito Amazonas** com o objetivo de financiar as atividades produtivas dos setores primário, secundário e terciário. O referido Plano utiliza recursos do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES.
- Parcerias:** A AFEAM contou com diversos parceiros técnicos na operacionalização dos programas de crédito, com recursos do FMPES: a) **SEBRAE** - Parceiro Técnico que nesse período de pandemia atua na orientação aos clientes na formalização das propostas de financiamento dos setores secundários e terciários na Plataforma de crédito; b) **IDAM** - Instituto de Desenvolvimento Agropecuario e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - Parceiro Técnico que atua na orientação de projetos de apoio (primário); c) **FPS** - Fundo de Apoio à Promoção Social e Erradicação da Pobreza - Parceiro Técnico que atua na formalização de proposta de crédito solidário, beneficiando as pessoas com risco social, por meio de financiamento de pequenas atividades produtivas; d) **SENAEC** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Parceiro Técnico, que atua na divulgação do Programa de Microcrédito da AFEAM, além do direcionamento dos egressos de seus respectivos cursos de capacitação às atividades empreendedoras; e) **CETAM** - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - Parceiro Técnico, que atua na divulgação e orientação dos seus alunos finalistas, na formalização de propostas de financiamento dos setores primário, secundário e terciário; f) **CIAMA** - Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - Parceiro Técnico, atua na orientação e formalização de propostas de financiamento dos setores secundário e terciário, exceto microcrédito; e g) **JUCEA** - Junta Comercial do Estado do Amazonas - Parceiro Técnico, que atua fornecendo, via consulta ao seu banco de dados, informações e documentos das empresas proponentes de financiamentos; h) **SEAS** - Secretaria de Estado de Assistência Social - Parceiro Técnico que atua na formalização de propostas do Crédito Rosa, beneficiando mulheres Empreendedoras (autônomas e microempreendedoras individuais - MEI); i) **SEJUC** - Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - Parceiro Técnico que atua na orientação e formalização de propostas de financiamento para idosos através do programa Idoso Empreendedor e pessoas com Deficiência através do Programa Mais Crédito Inclusão, que desenvolve atividades produtivas no setor secundário e terciário; j) **SEPROR** - Secretaria de Estado da Produção Rural - Parceiro Técnico que é responsável pela política de desenvolvimento no setor primário para os programas: Prosaário, Promocional, Promocional e mais manejo florestal que são elaborados pelo IDAM; k) **SEDECIT/SETEMP** - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - Parceiro Técnico que atua através da secretaria Executiva do trabalho e Empreendedorismo - SETEMP que atua na orientação e formalização de propostas para atício, desempregados, autônomo e microempreendedor Individual - MEI.
- Desempenho na Gestão de Recursos Humanos**
- Quadro de empregados:** em 31 de dezembro de 2022, o quadro de pessoal da AFEAM está composto por 127 empregados efetivos (consorciado) e 13 temporários, totalizando 140 colaboradores ativos. Desse quadro, cerca de 99,28% possuem nível superior e 10,72% nível médio, o que demonstra que a AFEAM tem uma equipe técnica qualificada e capacitada para prestar serviços de qualidade à população amazonense.
- Benefícios:** alinhada a seus valores, a AFEAM prioriza o bem-estar de seus colaboradores visando o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, e nesse papel social, além dos benefícios legais, manteve a seus empregados outros importantes benefícios: Complementação salarial ao auxílio doença/auxílio-provisório; Plano de saúde; Seguro de vida em grupo; Auxílio orçobobob; Auxílio educação; Auxílio especial para filhos com necessidades especiais; Extensão da licença maternidade; Auxílio refeição e cesta alimentícia; 13º e 14º salários; licença maternidade; bem como a distribuição aos colaboradores de Participação nos Lucros e Resultados - PLR, referente ao exercício de 2021.
- Capacitação:** Seguindo a filosofia de que cada empregado é elemento fundamental no cumprimento de sua missão institucional, bem como em total consonância com o Estatuto Social, o qual trouxe oportunidade de crescimento para todos os colaboradores da Agência, inclusive do participar da sua direção, a AFEAM implantou a Política do Treinamento e Desenvolvimento da AFEAM, definindo quatro níveis de capacitação, são eles:
  - Nível Básico: incluir os agentes colaboradores em atividades comuns, bem como estimular o conhecimento dos normativos internos e externos, aplicar as atividades da AFEAM, da cultura ética e da conduta profissional esperada, e ainda desenvolver a cultura de controle interno, risco, compliance, etc;
  - Nível Técnico: incluir os agentes colaboradores a buscar meios eficientes e eficazes para facilitar a realização de tarefas e processos cotidianos, visando o alcance de metas, melhoria nos resultados, agilidade no serviço e maior clareza e confiabilidade das informações;
  - Nível Estratégico: preparar os agentes colaboradores empregados para exercerem funções de chefe e liderança, bem como cargos estatutários;
  - Nível Obrigatório: capacitação os agentes colaboradores em assuntos específicos, exigidos por qualquer dispositivo legal ou infra legal.
- No exercício de 2022, o cronograma de treinamentos realizados, considerando as modalidades presencial e EAD, totalizaram 32 treinamentos com investimento de R\$ 167.947 (cento e sessenta e sete mil, novecentos e quarenta e sete reais), representando um total de 136 empregados que participaram de pelo menos 01 treinamento, conforme quadro 1.
- Trinamento - Resultados do exercício de 2022**

Classificação	Treinamentos	Participantes	Valor (R\$)
Nível Básico	0	0	0
Nível Técnico	37	50	75.327
Nível Estratégico	4	31	75.220
Nível Obrigatório	11	136	17.400
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>217</b>	<b>167.947</b>

**2.4 Plano de Emprego, Carreiras e Salários - PECS:** Visando atender às reivindicações dos empregados quanto a progressões e promoções funcionais, visto que estavam suspensas desde 2012 em função dos critérios de avaliação e dos percentuais de promoção/promoção estabelecidos no PECS 2008 foram se tomado imediatos e imediativos com a capacidade financeira da AFEAM, bem como a necessidade de revisão dos perfis dos empregos e funções gratificadas, objetivando a realização de concursos públicos, o Conselho de Administração, com base no Estudo Técnico do GT-PECS e na Deliberação da Diretoria Colegiada de 28.12.2021, aprovou a revisão do PECS elaborado pela FGV em 2018, com a criação e regulamentação do modelo de avaliação de desempenho e do Sistema de Avaliação de desempenho. Os enquadramentos na nova estrutura de empregos/funções ocorreram em 2022: os empregos de carreira - a partir de 01.01.2022; as funções gratificadas a partir de 01.03.2022. Quanto à implementação da aplicação da avaliação de desempenho para efeito de avaliação funcional está prevista para ocorrer em abril/2023.

**2.5 Concurso Público:** Com o objetivo de atender às exigências promovidas pela Lei Federal nº 13.303, de 30.06.2016, que estabeleceu mudanças no modelo de governança das empresas públicas, bem como atender às demandas de novas clientes, que a partir de 2019 teve um relevante aumento na quantidade de contratação na ordem de 75%, considerando a média do biênio 2020-2022, o Conselho de Administração, com base no Estudo Técnico do GT-Concurso Público e na Deliberação da Diretoria Colegiada de 22.03.2022, aprovou a realização de concurso público, por meio da Resolução COAD nº 6/2022, para preenchimento 30 vagas de especialista de fomento e 30 vagas para o cargo de assessor. Com a contratação dos 30 especialistas de fomento a AFEAM passou a ter 157 empregados efetivos.

**3. Desempenho Operacional - Comparativo exercício 2021 X 2022**

**3.1 Financiamentos Contratados**

### Distribuição Especial das aplicações

Fonte de Recursos	N. de Operações	Valor (R\$)		% (Recurso Aplicado)		Nº Ocupações Geradas/Mantidas		
		2021	2022	2021	2022	2021	2022	
Capital	3.196	2.945	56.123.340	57.640.380	30,40	33,77	9.588	8.835
Interior	17.928	14.153	128.477.497	132.685.329	69,60	66,23	53.784	42.459
<b>TOTAL</b>	<b>21.124</b>	<b>17.098</b>	<b>184.600.837</b>	<b>200.325.709</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>63.372</b>	<b>51.294</b>

Fonte: GETEC-Planejamento/SCE

### Aplicação por Fonte de Recursos

Fonte de Recursos	N. de Operações	Valor (R\$)		% (Recurso Aplicado)		
		2021	2022	2021	2022	
CONVÊNIO	201	323	4.589.030	10.931.685	2,49	5,46
FMPES	20.907	16.737	168.495.048	164.674.985	91,33	82,20
RECURSOS PRÓPRIOS	16	36	4.186.759	34.718.039	6,16	17,34
<b>TOTAL</b>	<b>21.124</b>	<b>17.098</b>	<b>184.600.837</b>	<b>200.325.709</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: GETEC-Planejamento/SCE

### Aplicação por Setor Econômico

Setor Econômico	N. Operações	Valor (R\$)		% (Recurso Aplicado)		
		2021	2022	2021	2022	
Primário	1.900	1.946	32.543.045	37.613.184	17,63	18,78
Secundário	827	466	7.579.308	11.387.001	4,11	5,68
Terciário	18.397	14.686	144.478.484	151.325.524	78,26	75,54
<b>TOTAL</b>	<b>21.124</b>	<b>17.098</b>	<b>184.600.837</b>	<b>200.325.709</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: GETEC-Planejamento/SCE

No quadro 3, observa-se que no exercício de 2022 houve um crescimento na ordem de 8,52% no volume total de aplicação em operações de crédito envolvendo todas as fontes de recursos, comparativamente ao exercício de 2021. Verifica-se que, dos financiamentos contratados envolvendo todas as fontes, o FMPES representa 82,20% do total aplicado, constituindo-se na principal fonte de recurso às atividades de fomento, tanto na capital, quanto no interior do Estado. Esse aumento da oferta de crédito foi alcançado pelo lançamento do Programa Mais Crédito Amazonas, cuja aplicação em financiamentos totalizou R\$ 164.674.985, representados por 16.737 operações de crédito.

**3.2 Administração de Crédito:** A Agência faz o acompanhamento dos projetos financiados e adota a prática de cobrança preventiva, administrativa e judicial. Também promove ações de recuperação do crédito e campanhas de regularização englobando todas as fontes de recursos. Como resultado do Plano de Renegociação de crédito, no exercício de 2022, os financiamentos realizados 2.162 renegociações, no valor de R\$ 30.555.604, o que representa uma redução de 23,65% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 40.034.418). Desse valor, R\$ 23.230.493 são oriundos de renegociações de operações contratadas com recursos do FMPES, representada por 2.064 operações de crédito.

**3.3 Retorno de Financiamento:** No exercício de 2022 foi recebido R\$ 130.136.726, que corresponde 84,36% do total inicial previsto no Planejamento Estratégico (R\$ 154.261.000).

**4. Remissão em 2022**

**4.1 FMPES:** A Lei Estadual nº 5.957, de 2022, que dispõe sobre a concessão de remissão e renegociação de dívidas de operações de financiamento realizadas pela AFEAM, com recursos do FMPES, limitada aos municípios onde foi reconhecida a calamidade pública ou o estado de emergência pela Defesa Civil Estadual ou Secretaria Nacional da Defesa Civil em decorrência dos efeitos provocados pela excepcional enchente de 2022, estabeleceu a remissão total ou parcial da dívida ou a renegociação do valor remanescente financiado. Na data base de dezembro/2022, 19 municípios haviam sido contemplados com remissão total ou parcial, no montante de R\$ 1.256.574.

**4.2 Convênio SEPROR:** A Lei Estadual nº 6.018, de 2022, que dispõe sobre a concessão de remissão e renegociação de dívidas de operações de crédito realizadas pela AFEAM, no âmbito dos programas PROMOCIONALIZACAO E PROCALCARIO, aos produtores rurais afetados pela enchente de 2022, limitada aos municípios onde foi reconhecida a calamidade pública ou o estado de emergência pela Defesa Civil Estadual ou Secretaria Nacional da Defesa Civil em decorrência dos efeitos provocados pela enchente de 2022, estabeleceu a remissão total ou parcial da dívida ou a renegociação do valor remanescente financiado. Na data base de dezembro/2022, 04 municípios haviam sido contemplados com remissão total ou parcial, no montante de R\$ 139.209.

**5. Desempenho**

**5.1 Política de Estágio/Aprendiz:** A AFEAM, em 31.12.2022, apresentou um quadro com 43 estagiários - estudantes universitários e 05 aprendizes - cursando o ensino médio e fundamental.

**5.2 Geração e/ou manutenção de ocupações econômicas:** Criada para fomentar a economia e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população amazonense, a AFEAM tem alcançado notável desempenho. No exercício de 2022, os financiamentos realizados totalizaram a geração e/ou manutenção de 51.254 postos de trabalho, distribuídos nos setores primário, secundário e terciário, da capital e do interior do Estado, com redução de 19,12%, comparativamente ao mesmo período de 2021, que apresentou 63.372 postos de trabalho.

**6. Estrutura de Governança Corporativa**  
 A AFEAM mantém estrutura de governança, com altas decisórias e decisões colegiadas estabelecidas no Estatuto Social, nos Regimentos, nos Políticas e nas Normas Internas. As deliberações e decisões estratégicas do Conselho de Administração são validadas na observância dos valores e nos princípios da AFEAM.  
 A estrutura dos colegiados estatutários é composta pelo Conselho de Administração - COAD, Diretoria Colegiada - DICOL, Conselho Fiscal - COFIS e o Comitê de Auditoria - COAUD.  
 Além dos colegiados estatutários, também compõem a estrutura de governança os seguintes órgãos colegiados: Comitê de Análise de Crédito - COMCRED, Comitê de Elegibilidade, Comitê de Remuneração, Comissão de Ética, Conduta e Integridade - CECI e Comissão Permanente de Apuração de Índices de Licitude.  
 Possui também estrutura de Controles Internos, Compliance, Gerenciamento de Riscos e Gestão de Capital - GEICOR, e unidades segregadas, como a Gerência de Auditoria Interna - AUDIN, que se reporta tecnicamente ao Comitê de Auditoria - COAUD e Conselho de Administração - COAD. A AFEAM conta com OUIDORIA, cujo reporte dos trabalhos são analisados pela Diretoria Colegiada, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

**7. Sistema de Controles Internos, Compliance, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e financiamento do Terrorismo - PLDIFT e Gerenciamento Contínuo e integrado de Riscos-GIR**  
 A AFEAM dispõe de uma unidade especializada denominada Gerência de Controles Internos, Compliance e Riscos - GECOR, vinculada à Diretoria Colegiada, que é responsável:  
 a) Pela gestão de Controles Internos e Compliance, que é uma atividade voltada para a efetividade e a confiabilidade das informações, bem como à prevenção de situações vinculadas aos diversos tipos de riscos inerentes às atividades da instituição, cuja

estrutura prevê os papéis e as responsabilidades das diversas áreas/empregados;  
 b) Pela gestão do PLDIFT, que é uma atividade voltada para prevenir o uso da Agência em lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo;  
 c) Pelo Gerenciamento Integrado de Riscos-GIR, que é uma atividade voltada para gestão de riscos no intuito de identificar possíveis eventos que possam comprometer as linhas de negócios da Agência objetivando adotar medidas imediatas para mitigá-los.  
 d) Pela gestão de capital, atividade voltada para avaliar a capacidade do capital da AFEAM absorver os riscos a que está exposta e ainda manter suas linhas de negócios.  
 No exercício de 2022, a AFEAM adotou as seguintes ações voltadas à implantação/aprimoramento dessas estruturas:  
 a) **Controles Internos e Compliance:**  
 A AFEAM manteve os acompanhamentos e monitoramentos dos planos de ação decorrentes das determinações da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração, com relação às recomendações do Relatório Semestral de Controles Internos e Compliance, assim como, dos relatórios de auditoria interna, junto às gerências, por meio da ferramenta Microsoft Planner. Também houve ênfase no suporte às áreas com orientações das boas práticas dos manuais internos, objetivando resguardar o cumprimento desses.  
 b) **Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo - PLDIFT:**  
 A AFEAM desenvolveu as atividades conforme a Política e os seus procedimentos de PLDIFT com fundamento na Circular BCB nº 3.978, de 2020 e na Carta Circular BCB nº 4.001, de 2020. O Manual está atualizado de acordo com o porte e complexidade dos negócios da AFEAM.  
 c) **Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos - GIR e de Capital:**  
 As Estruturas de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos - GIR e de Gestão de Capital foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, e estão em pleno desenvolvimento de suas atividades. O Plano de Capital foi revisado no primeiro semestre considerando projeção para período de 2022 e 2025.  
 d) **Programa de Disseminação de Controles Internos, Compliance, PLDIFT, Gerenciamento de Riscos e de Capital:**  
 A AFEAM realizou no mês de julho/2022, o ciclo anual de palestras On-line com temas relacionados às áreas de Controles Internos, Compliance, PLDIFT, Gerenciamento de Riscos e de Capital, Licitação, Tecnologia e Inovação, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, Ouvidoria, Conduta, Ética e Integridade, para todo o corpo de colaboradores da instituição.  
 e) **Plano de divulgação das políticas de Controles Internos, Compliance e PLDIFT:**  
 A AFEAM realizou a partir do mês de julho/2022, publicação trimestral no portal interno da instituição, de vídeos com a divulgação das políticas de Controles Internos, Compliance e PLDIFT, alcançando todo o corpo de colaboradores.

**8. Ouvidoria**  
 A AFEAM, atendendo às Resoluções CMN nº 4.860, de 2020 e Resolução BCB nº 28 de 2020, bem como o Decreto Estadual nº 40.636, de 2019, tem uma estrutura de Ouvidoria, cujo objetivo principal é representar o interesse dos cidadãos junto à Agência, para que suas demandas sejam adequadamente tratadas, disponibilizando, para isso, os seguintes canais de comunicação: a) diretamente na página institucional em português, pelo link externo do Sistema OMD de Ouvidoria; b) ligação gratuita: 0800.286.3096; c) Presencialmente; d) WhatsApp: (02)98854.2075; e) E-mail: ouvidoria@afeam.org.br; f) Cartas endereçadas à Ouvidoria/AFEAM - Avenida Constantino Nery, nº 5.733, Flores, Manaus/AM - CEP: 69058-795; g) Caixa eletrônica localizada na entrada principal da Agência.  
 Os atendimentos totais realizados pela Ouvidoria no exercício de 2022, incluindo os de primeira instância, foram de **218.739** (duzentos e doze mil, setecentos e trinta e nove). Desse total, apenas **58** (cinquenta e oito) registros foram efetivas demandas de Ouvidoria, conforme quadro 5.

Tipo	DEMANDAS DA OUVIDORIA (Sistema OMD)		Atendimentos Totais, incluindo as demandas de Ouvidoria	
	Quantidade	%	Canais	Quantidade
Declaração	6	10,34	Presencial	3
Reclamação	25	43,10	Teléfono	3.584
Informação	23	39,66	E-mail	8.778
Sugestão	2	3,45	WhatsApp	206.320
Requerimento	2	3,45	Site	61
Outros	0	-	Correspondência	0
			Caixa de Sugestão	3
			Outros	0
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>218.739</b>

Fonte: Ouvidoria

**9. Desempenho Econômico-Financeiro:**  
**9.1 Resultado:** No exercício de 2022, a AFEAM apresentou resultado positivo de R\$ 5.765.266,52 que corresponde 492,32% em relação ao mesmo período de 2021 (R\$ 1.171.046,00), e 105,59% em relação às estimativas do Plano Operatório do Planejamento Estratégico. Esse resultado decorreu, principalmente, pelo aumento das Rendidas de Títulos e Valores Mobiliários - RTVM (R\$ 1.615.302), Receitas Não Operacionais (R\$ 864.442), comparativamente às projeções orçamentárias, contrariando a redução das seguintes despesas: Despesas Administrativas (R\$ 5.849.473), reflexos da não execução de vários projetos do Plano de ação do Planejamento Estratégico de 2022, que foram transferidos para o ano de 2023.  
**9.2 Patrimônio de Referência - PR:** Em 31 de dezembro de 2022, o PR da Agência é de R\$ 107.901.082, que representa um crescimento de 5,75% em relação ao mesmo período de 2021 (R\$ 102.121.163).  
**9.3 Taxa de Administração do Fundo:** No exercício de 2022, a AFEAM recebeu do FMPES como taxa de administração o valor de R\$ 53.788.739, que representa uma redução na ordem de 18,05% em comparação ao mesmo período de 2021 (R\$ 65.840.142). Essa redução decorreu, principalmente, em razão da redução percentual de 8% para 6% a.a., conforme definido no § 1º do art. 40 da Lei Estadual nº 4.962, de 2019, que alterou a Lei Estadual nº 2.826, de 2020.

**III - AGRADECIMENTOS**  
 Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado do Amazonas pelo apoio no sentido de qualificar a instituição como um instrumento a serviço do desenvolvimento do Estado, sendo o agente indutor do fomento por meio de financiamento às atividades produtivas utilizando o Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, além de outras fontes de recursos.

De igual modo, expressamos os nossos agradecimentos aos acionistas da AFEAM, às autoridades constituídas do Estado, aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, e aos parceiros SEBRAE/AM, IDAM, FPS, SENAC, CETAM, CIAMA e JUCEA, SEAS, SEJUC, SEPROR e SEDECIT/SETEMP pelo harmonioso trabalho, assim como aos colaboradores da instituição pela dedicação e comprometimento com a Agência, além da população amazonense - razão maior da existência da AFEAM.

Marcos Vinícius Cardoso de Castro  
 Diretor-Presidente

## BALANÇO PATRIMONIAL Em Real (R\$)

Nota	DEZ. 2022	DEZ. 2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>92.892.767</b>	<b>154.230.601</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CADM	3.a 4.5.a	82.407.543
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>3.d.5.b</b>	<b>20.564.120</b>
Operações de crédito		20.345.826
Outros créditos		218.294
<b>PROVISÃO RPIERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>3.d.5.b</b>	<b>(3.046.543)</b>
Operações de crédito		(3.645.452)
Outros créditos		(1.091)
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>6</b>	<b>56.734.596</b>
<b>PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS</b>	<b>(43.166.931)</b>	<b>(46.712.978)</b>
Ativos e Valores Mobiliários	5.a	(43.186.931)
Outros créditos	6	241.691.120
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>3.d.5.a;5.b</b>	<b>279.002.025</b>
Títulos e Valores Mobiliários		252.131.214
Operações de crédito		26.301.800
Outros créditos		599.011
<b>PROVISÃO RPIERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>3.d.5.b</b>	<b>(6.251.049)</b>
Operações de crédito		(6.248.204)
Outros créditos		(2.845)
<b>PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS</b>	<b>5.a</b>	<b>(31.059.856)</b>
Títulos e Valores Mobiliários	3.f.7	10.130.524
<b>PERMANENTE</b>		<b>119.014</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>13.415.623</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>620.969</b>
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>(3.855.898)</b>
<b>DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES</b>		<b>(3.785.120)</b>
Intangível de Uso		(49.048)
<b>PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO</b>		<b>(169.214)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>344.714.431</b>	<b>309.592.426</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>225.533.059</b>	<b>194.551.988</b>
<b>DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>3.g.8</b>	<b>1.476.823</b>
Outros Passivos Financeiros		1.476.823
<b>PROVISÕES</b>		<b>44.056.596</b>
Previdência	9.a	4.083.361
Contingências	9.b	39.962.195
<b>OUTROS PASSIVOS</b>		<b>180.000.699</b>
Sociais e Estatutários	10.a	821.761
Fiscais e Previdenciárias	10.b	13.201.905
Outros Fundos e Programas	10.c	164.052.617
Diversos	10.d	1.844.316
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>16.917.449</b>
<b>DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>3.g.8</b>	<b>10.808.277</b>
Outros Passivos Financeiros		10.808.277
<b>OUTROS PASSIVOS</b>		<b>6.109.172</b>
Sociais e Estatutários	10.a	11.172
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11</b>	<b>108.863.823</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
Em Real (R\$)

	2º SEMESTRE DE 2022	DEZ. 2022	DEZ. 2021
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(2.898.756)</b>	<b>5.765.267</b>	<b>1.171.047</b>
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Variação de Valor Justo	-	-	-
<b>Total de Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(2.898.756)</b>	<b>5.765.267</b>	<b>1.171.047</b>
<b>Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador</b>	<b>(2.898.176)</b>	<b>5.764.114</b>	<b>1.170.813</b>
<b>Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores</b>	<b>(580)</b>	<b>1.153</b>	<b>234</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Em Real (R\$)

EVENTOS	Nota	RESERVAS DE LUCRO				LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		CAPITAL SOCIAL	LEGAL	EXPANSÃO	OUTRAS		
<b>SALDO EM 01 DE JULHO DE 2022</b>		<b>99.178.087</b>	<b>1.044.967</b>	<b>2.970.000</b>	<b>8.230.822</b>	-	<b>111.423.876</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	390.876	390.876
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	(2.898.756)	(2.898.756)
Destinações	-	-	(144.938)	-	(2.715.015)	2.507.880	(352.073)
- Dividendos	11.c	-	-	-	-	(352.073)	(352.073)
- Reserva Legal	-	-	(144.938)	-	-	144.938	-
- Outras	-	-	-	(2.715.015)	-	2.715.015	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>99.178.087</b>	<b>900.029</b>	<b>2.970.000</b>	<b>5.515.807</b>	-	<b>108.563.923</b>
MUTAÇÃO DO PERÍODO	-	(144.938)	-	-	(2.715.015)	-	(2.859.953)
<b>SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2021</b>		<b>93.628.620</b>	<b>553.214</b>	-	<b>5.555.229</b>	-	<b>99.737.063</b>
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.171.047	1.171.047
Aumento de Capital	-	4.436.972	-	-	(2.585.229)	-	1.851.743
Destinações	-	-	58.551	2.970.000	(1.924.254)	1.171.047	(66.750)
- Dividendos	11.a	-	-	-	-	(66.750)	(66.750)
- Reserva Legal	-	-	58.551	-	-	(58.551)	-
- Reserva Expansão	-	-	-	2.970.000	(2.970.000)	-	-
- Outras	-	-	-	-	1.045.746	(1.045.746)	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>98.065.592</b>	<b>611.765</b>	<b>2.970.000</b>	<b>1.045.746</b>	-	<b>102.693.103</b>
MUTAÇÃO DO PERÍODO	-	4.436.972	58.551	2.970.000	4.509.483	-	2.956.040
<b>SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2022</b>		<b>98.065.592</b>	<b>611.765</b>	<b>2.970.000</b>	<b>1.045.746</b>	-	<b>102.693.103</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	390.876	390.876
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	5.765.267	5.765.267
Aumento de Capital	-	1.112.495	-	-	(1.045.745)	-	66.750
Destinações	-	-	288.264	-	5.515.806	(6.156.143)	(352.073)
- Dividendos	11.c	-	-	-	-	(352.073)	(352.073)
- Reserva Legal	-	-	288.264	-	-	(288.264)	-
- Reserva Expansão	11.a	-	-	-	-	-	-
- Outras	-	-	-	-	5.515.806	(5.515.806)	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>99.178.087</b>	<b>900.029</b>	<b>2.970.000</b>	<b>5.515.807</b>	-	<b>108.563.923</b>
MUTAÇÃO DO PERÍODO	-	1.112.495	288.264	-	4.470.061	(390.876)	5.478.844

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Método Indireto**  
Em Real (R\$)

	Nota	2º SEMESTRE 2022	DEZ. 2022	DEZ. 2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IRPJ E CSLL</b>		<b>4.912.981</b>	<b>21.808.261</b>	<b>21.544.104</b>
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	S.b	1.309.175	1.525.370	416.628
Depreciações e Amortizações	-	149.300	244.068	259.436
(Reversão) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	(273.845)	(528.084)	(502.506)
Despesas (Reversões) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-	9.863.129	11.658.885	3.628.604
Desvalorização de Outros Valores e Bens	G	61.278	(118.722)	18.365.370
Desvalorização de Ativos Permanentes	-	23.063	23.063	21.582
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	390.876	390.876	-
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>		<b>16.436.957</b>	<b>35.003.717</b>	<b>43.692.927</b>
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	-	(9.891.154)	(12.787.363)	(4.071.724)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários	-	(63.128.194)	(89.474.380)	34.087.579
(Aumento) Redução em Devedores por Compra de Valores e Bens	-	108.405	(267.058)	(530.248)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	-	1.048.739	(188.898)	(1.838.183)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	-	(242.309)	(305.796)	50.326
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	-	(8.477.163)	19.340.074	11.447.472
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	(7.811.737)	(16.042.894)	(20.373.057)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE / UTILIZADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(71.757.456)</b>	<b>(64.690.696)</b>	<b>62.400.092</b>
Alocação ANFIMV	-	-	260.000	1.486.338
Aquisição ANFIMV	-	(390.876)	(390.876)	-
Alocação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	-	7.400	66.393	(4.182)
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	-	(28.660)	(120.466)	-
Aplicação no Intangível	-	-	-	(2.250)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE / UTILIZADO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(412.141)</b>	<b>(182.949)</b>	<b>1.442.606</b>
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(805.540)	(1.611.080)	(1.832.800)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE / UTILIZADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(805.540)</b>	<b>(1.611.080)</b>	<b>(1.832.800)</b>
<b>AUMENTO / REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>		<b>(72.975.137)</b>	<b>(66.484.725)</b>	<b>62.009.898</b>
Início do Período	-	135.382.680	128.892.268	66.882.370
Fim do Período	-	62.407.543	62.407.543	128.892.268
<b>AUMENTO / REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	S.c; 4	<b>(72.975.137)</b>	<b>(66.484.725)</b>	<b>62.009.898</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores expressos em Real (R\$)

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFAM, órgão da administração indireta do Estado, constituída como empresa pública sob a forma jurídica de sociedade anônima de capital fechado, teve sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 2.505, de 1998 e suas regras de constituição e funcionamento definidas pela Resolução CMN nº 2.574, de 1998, a qual foi revogada pela Resolução CMN nº 2.828, de 2001. Está localizada na Av. Constantino Nery, nº 5.733, Flores, CEP 69.058-795, Manaus/AM.

**NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 1976, alterada pelas Leis nº 11.638, de 2007 e nº 11.941, de 2009, bem como em consonância com as normas para elaboração de demonstrações financeiras individuais aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB, Resolução CMN nº 4.818, de 2020 e Resolução BCB nº 2, de 2020, incluindo as diretrizes emanadas pela Lei nº 4.595, de 1964. Na data de 23/03/2023 foi autorizada a emissão dessas demonstrações contábeis.

**Reclassificações para comparabilidade**

Para essa Demonstração Contábil de 2022, foi realizada a recomposição do saldo no valor de R\$ 57.315, correspondente a Participação nos Lucros e Resultados dos Empregados, apresentado como Despesa de Pessoal na Demonstração do Resultado do Exercício de 2021. Com essa recomposição de saldos, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Nota Explicativa 12.b, dezembro de 2021, estão assim apresentadas:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	DEZEMBRO 2021 (Recomposição)	DEZEMBRO 2021 (Divulgado)
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>18.309.391</b>	<b>18.252.076</b>
Despesas de Pessoal	(35.371.324)	(35.428.639)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>40.203.251</b>	<b>40.145.936</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SILUCRO E PARTICIP</b>	<b>21.601.419</b>	<b>21.544.104</b>
<b>PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NOS LUCROS</b>	<b>(57.315)</b>	-
Empregados	(57.315)	-
<b>NOTA EXPLICATIVA 12.b</b>	<b>DEZEMBRO 2021 (Recomposição)</b>	<b>DEZEMBRO 2021 (Divulgado)</b>
Participação nos Lucros Empregados	-	57.315
<b>Total</b>	<b>35.371.324</b>	<b>35.428.639</b>

**NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a. Moeda Funcional**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em Real (R\$), desconsiderando as frações de centavos.

**b. Reconhecimento do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

**c. Caixa e Equivalente de Caixa**

Foi considerado como "Caixa e Equivalentes de Caixa" apenas as contas de disponibilidade e aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários de curto prazo), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03-Definições.

**d. Instrumentos Financeiros**

Composto por Títulos e Valores Mobiliários, Operações de Crédito e parte de Outros Créditos.

**Títulos e Valores Mobiliários - TVM:** São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos (pré ou pós fixados) auferidos até a data do balanço, obedecendo ao regime da competência. Os títulos são para negociação imediata e/ou mantidos até o vencimento. As cotas de Fundos de Investimento estão aplicadas em Bancos de primeira linha (Bradesco e Caixa Econômica Federal). Em Títulos de Renda Fixa estão classificadas as Letras Financeiras do Tesouro, Letras Tesouro Nacional e Notas do Tesouro Nacional, sendo o Banco Santander a instituição financeira custodiante dessas aplicações. Os Títulos de Renda Fixa e as Cotas de Fundos de Investimento apresentam baixo risco de crédito e boa liquidez, razão pela qual não registramos provisão para perda.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BCB nº 3.068, de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas categorias: Títulos para Negociação, Disponíveis para a Venda e Mantidos até o Vencimento.

**Operações de Crédito:** São demonstradas pelo valor principal da operação, acrescidos dos encargos calculados "pro-rata" dia e apropriados ao resultado pelo regime de competência. Em consonância com a Resolução CMN nº 2.682, de 1999, as operações de crédito estão distribuídas nos níveis de risco A, B, C, D, E, F, G e H para as quais foram constituídas provisões com percentuais de 0,5; 1,0; 3,0; 10; 30, 50, 70 e 100, respectivamente. Tais operações encontram-se classificadas em Indústria, Comércio, Serviço e Rural.

**Outros Créditos:** São os Devedores por Compra de Valores e Bens (bens da carteira de ANFIMV vendidos financiados), aplicam-se os mesmos critérios das Operações de Crédito.

**e. Outros Ativos**

Composto de Outros Créditos e Outros Valores e Bens.

**Outros Créditos:** São demonstrados pelos valores de realização.

**Outros Valores e Bens:** São os Ativos Não Financeiros Mantidos para a Venda - Recebidos (ANFIMV), Materiais em Estoque e Despesas Antecipadas. **Ativos Não Financeiros Mantidos para a Venda - Recebidos (ANFIMV):** São bens móveis e imóveis registrados pelo valor de avaliação, e não se sujeitam à depreciação. Esses bens são reavaliados ao valor justo, líquido de despesas de venda, sempre que há evidências ou novos fatos que indiquem redução significativa do seu

valor. **Materiais em Estoque:** São os materiais adquiridos para uso ou consumo correntes, sendo registrados pelo valor de aquisição e sua baixa em estoque pelo custo médio de valor. **Despesas Antecipadas:** São as aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços à Instituição far-se-ão em períodos seguintes.

**f. Permanente**

Composto por Investimentos, Imobilizado de Uso e Intangível. São registrados ao custo de aquisição ou construção, do duzido das depreciações e/ou amortizações. A AFAM não tem registro de bem do ativo imobilizado dado em garantia de passivos.

**Imobilizado de Uso -** Cumprindo a Resolução CMN nº 4.535, de 2016, o cálculo para apuração da depreciação societária (IFRS) tem por base a estimativa de vida útil dos bens, seu valor de mercado e residual, fundamentados em laudo de avaliação dos bens. Para atendimento à legislação tributária, foi mantido o cálculo para apuração da depreciação fiscal (BR) pelo método linear, com base em taxas anuais, sendo: edificações 4%; móveis/equipamentos de uso e outros bens depreciables 10%; processamento de dados 20%.

**Intangível -** Cumprindo a Resolução CMN nº 4.534, de 2016, o cálculo para apuração da amortização societária (IFRS) tem por base a estimativa de vida útil dos bens, seu valor de mercado e residual, fundamentados em laudo de avaliação dos bens. Para atendimento à legislação tributária, foi mantido o cálculo para apuração da amortização fiscal (BR) pelo método linear, com base em taxas anuais, sendo: gastos com ativos intangíveis amortizados em 5 anos, à taxa de 20% ao ano, limitado ao tempo de direito de uso. Com base em laudos de avaliação, os bens intangíveis foram caracterizados como bens com vida útil indefinida, ou seja, não sofreram amortização societária por se tratar de softwares que serão utilizados por tempo indefinido.

**g. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros**

Composto por Obrigações Por Empréstimos e Repasses. São calculados e apropriados "pro-rata", pelo regime de competência mensal - **Outros Passivos Financeiros, Programa FMPes Especial:** 15% dos rendimentos dos financiamentos concedidos ao Setor Primário e 35% dos rendimentos concedidos aos Setores Secundário e Terciário.

**h. Provisões**

**Pessoal:** São demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, relacionados a Proventos, Férias, FGTS, INSS, 13º Salário e diferenças salariais.

**Contingências:** Para o reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, das contingências passivas e ativas foram observados o CPC 25 e a Resolução CMN nº 3.823, de 2009. Passivos contingentes são processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, envolvendo a AFAM, que são avaliados juridicamente levando-se em consideração a probabilidade de perda do caso, com desembolso financeiro para liquidar a obrigação. Em cumprimento ao CPC 25, essa probabilidade é classificada como **possível** (divulgada sem a obrigação de ser provisionada), **provável** (constitui provisão) e **remota** (não requer provisão nem divulgação). As provisões desses passivos são constituídas com base nos prognósticos de perdas "prováveis", indicados pelos patronos das causas. Os Ativos Contingentes não são reconhecidos.

**i. Outros Passivos**

**Fiscais e previdenciárias:** Os tributos são calculados conforme as alíquotas:

Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	15% + adicional 10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	Até 31/07/2022, 20% De 01/08/2022 até 31/12/2022, 21%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

As provisões para o IRPJ e a CSLL são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo Lucro Real (LALUR), mas reconhecidas por estimativa mensal, com base na opção prevista nos arts. 218 a 229 do Decreto nº 9.580, de 2018. A alíquota do IRPJ foi de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% a título de adicional, conforme a Lei nº 9.249, de 2005. No período de janeiro de 2022 até julho de 2022, a alíquota da CSLL foi de 20%, conforme a Lei nº 14.183, de 2021. A partir de agosto de 2022, a alíquota foi majorada para 21%, conforme a MP nº 1.115, de 2022, convertida na Lei nº 14.446, de 2022.

Os demais tributos representam as retenções e encargos oriundos de serviços de terceiros, incidentes sobre salários e retdos sobre algumas operações de crédito.

Desde janeiro de 2015 a AFAM realiza recolhimento PIS e COFINS pela receita total, exceto de Títulos e Valores Mobiliários, com base na Lei nº 12.973, de 2014, que estabeleceu novas regras de apuração para esses tributos (conceito da receita).

**Outros Fundos e Programas:** Estão registrados os recursos de fundos ou programas especiais, oriundos de governos ou entidades públicas, administrados pela AFAM, que se destinam a projetos específicos de interesse governamental, além de outros fundos administrados por instituições oficiais.

**Outras Obrigações Diversas:** São demonstradas pelos valores conhecidos e mensuráveis.

**j. Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações e a data de sua autorização.

**NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

Foi considerado como "Caixa e Equivalentes de Caixa" apenas as contas de disponibilidades e aplicações financeiras (curto prazo), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03-Definições.

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Disponibilidades	578.645	656.645
Títulos de Renda Fixa	20.647.657	66.161.400
Cotas de Fundos de Investimento	41.181.241	63.074.223
Cotas em Fundo em Participações	-	2.129.288
(-) Prov Redução ao Valor Recuperável Ativo	-	(2.129.288)
<b>Total</b>	<b>62.407.543</b>	<b>128.892.268</b>

**NOTA 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**a. Títulos e Valores Mobiliários - TVM**

	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Até 1 ano	Após 1 ano	Até 1 ano</	

Operações Registradas como Prejuízo, Constituição, Reversão e Recuperados

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Transferência para prejuízos	374.810	169.986
Constituição de Provisões	1.525.370	4.16.628
Reversão de Provisões	528.084	602.906
Recuperados	433.194	83.967

NOTA 6. OUTROS ATIVOS

Composição	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Rendas a Receber – Taxa de Administração FTI	3.635.146	3.758.749
Impostos e Contribuições a Compensar	22.034	293.072
Depósitos em Garantia - Recursos Trabalhistas	1.433.167	937.316
Depósitos em Garantia - Outros	366.894	384.571
Custas Judiciais a Ressarcir	6.858	113
Férias Pagas	562.680	488.449
ANFMV - Imóveis	49.188.799	50.355.979
ANFMV - Máquinas e Equipamentos	1.073.755	1.073.755
Material em Estoque	96.150	57.976
Despesas Antecipadas	336.694	69.071
Outros	12.421	12.034
<b>Total</b>	<b>56.734.598</b>	<b>57.429.085</b>

Ativos não Financeiros Mantidos para Venda (ANFMV): têm a finalidade de amortizar e/ou liquidar operações de crédito, para posterior venda de acordo com a legislação vigente. Atendendo a normas específicas, a constituição de provisão desses bens é baseada em laudos de avaliação, que indique os critérios de avaliação e os elementos de comparação adotados e instruídos com documentos relativos ao bem. No exercício de 2022, a AFEAM constituiu provisão no valor de R\$ 210.179 para desvalorização de ANFMV Recebidos, referente a bens que foram avaliados no período, sofrendo desvalorização de acordo com os laudos técnicos emitidos pelos profissionais competentes. Ainda nesse exercício, foi baixado o valor de R\$ 260.000. A AFEAM possui um bem ANFMV recebido dado em garantia a um processo trabalhista, cujo último valor de mercado avaliado é de R\$ 1.140.000.

ANFMV	Dezembro 2021	2022		Dezembro 2022
		Constituição	Baixa	
Imóveis	50.355.979	390.876	1.558.056	49.188.799
Máquinas e Equipamentos	1.073.755	-	-	1.073.755
<b>Total</b>	<b>51.429.734</b>	<b>390.876</b>	<b>1.558.056</b>	<b>50.262.554</b>

Provisão Para Redução Valor Recuperável de Ativo

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Imóvel	(44.073.979)	(170.876)
Máquinas e Equipamentos	(509.729)	(39.303)
<b>Total</b>	<b>(44.583.708)</b>	<b>(210.179)</b>

NOTA 7. PERMANENTE

a. Investimento

Composição	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Obras de Arte	57.881	57.881
Marcas e Patentes	130	130
Painéis Históricos	61.003	61.003
<b>Total</b>	<b>119.014</b>	<b>119.014</b>

b. Imobilizado de Uso

Composição	Dezembro 2022			Dezembro 2021		
	Custo	Depreciação	Recuperável	Custo	Depreciação	Recuperável
Instalações	157.626	(106.070)	-	157.626	(106.414)	-
Mobiliário	721.618	(479.985)	(18.212)	671.002	(414.131)	(15.542)
Equip. de proc. de dados	2.797.851	(2.106.744)	(126.686)	3.026.505	(2.205.478)	(107.488)
Equip. de comunicação	44.623	(36.912)	(2.679)	44.354	(34.885)	(2.450)
Armas e equipamentos	29.822	(10.780)	(2.250)	28.094	(10.477)	(1.173)
Circuito fechado de TV	43.496	(28.509)	(1.970)	43.497	(26.020)	(2.111)
Aparelho de refrigeração	358.421	(181.826)	(10.394)	354.489	(183.981)	(10.274)
Equipamentos	329.159	(265.050)	(9.023)	328.279	(257.030)	(8.067)
Terrenos	7.287.340	-	-	7.287.340	-	-
Edificações	1.645.667	(590.984)	-	1.645.667	(587.704)	-
<b>Total</b>	<b>13.415.623</b>	<b>(3.806.840)</b>	<b>(169.214)</b>	<b>13.586.853</b>	<b>(3.785.120)</b>	<b>(147.105)</b>

c. Intangível

Composição	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação
Adquiridos	620.989	(49.048)	620.989	(49.048)
<b>Total</b>	<b>620.989</b>	<b>(49.048)</b>	<b>620.989</b>	<b>(49.048)</b>

NOTA 8. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Composição	Dezembro 2022			Dezembro 2021		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Outros Passivos Financeiros	1.476.823	10.606.277	12.083.100	1.476.824	12.217.357	13.694.181
FMPES Especial	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.476.823</b>	<b>10.606.277</b>	<b>12.083.100</b>	<b>1.476.824</b>	<b>12.217.357</b>	<b>13.694.181</b>

NOTA 9. PROVISÕES

a. Pessoal

Composição	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Férias	3.035.740	2.630.278
FGTS	243.227	210.319
INSS	814.394	702.744
Proventos	-	1.089.190
<b>Total</b>	<b>4.093.361</b>	<b>4.632.531</b>

b. Contingências

Natureza	Dezembro 2021	2022		Dezembro 2022
		Constituição	Baixa	
Trabalhista	14.757.828	13.140.509	4.482.540	23.415.797
Cível	1.891.771	38.385	27.937	1.902.219
Tributária	13.818.569	825.610	-	14.644.179
<b>Total</b>	<b>30.468.168</b>	<b>14.004.504</b>	<b>4.510.477</b>	<b>39.962.195</b>

a) Riscos de perdas

Natureza	Provável		Possível	
	Dezembro 2021	Dezembro 2022	Dezembro 2021	Dezembro 2022
Trabalhista	23.415.797	-	-	-
Cível	1.902.219	-	2.080.625	-
Tributária	14.644.179	-	-	-
<b>Total</b>	<b>39.962.195</b>	<b>-</b>	<b>2.080.625</b>	<b>-</b>

b) Ações Trabalhistas

Estão constituídas provisões no valor de R\$ 23.415.797, suficiente para cobrir os riscos de perda das ações individuais ajuizadas pelos empregados até 31/12/2022 (R\$ 9.075.134), bem como parte dos riscos de perdas estimadas proveniente da ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Bancários do Amazonas (reserva técnica) R\$ 12.787.508. Outros processos se referem a processos trabalhistas ajuizados por ex-empregados da Agência (R\$ 1.553.155).

Ações Trabalhistas	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Empregados	9.075.134	8.431.781
Reserva Técnica	12.787.508	4.839.049
Outros processos	1.553.155	1.486.998
<b>Total</b>	<b>23.415.797</b>	<b>14.757.828</b>

c) Ações Tributárias - PIS e COFINS / Mandado de Segurança

A AFEAM impetrou, em 2008, Mandado de Segurança (processo nº 2008.34.00.013625-3) contra a Receita Federal do Brasil-RFB objetivando obter medida liminar para suspender a exigibilidade dos créditos tributários referentes ao PIS e à COFINS, indevidamente cobrados ante à aplicação do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718, de 1998 que foi declarado inconstitucional pelo STF. A liminar foi deferida pela 9ª Vara Federal em maio de 2008, com a delimitação de a AFEAM recolher a COFINS com a base de cálculo do art. 2º da LC nº 70, de 1991 e do PIS com a base de cálculo prevista no art. 3º da Lei 9.715, de 1998. Em novembro de 2012, diante de considerações jurídicas acerca da legitimidade do impetrado direto, o delegado da Receita Federal do Brasil, a AFEAM impetrou novo Mandado de Segurança Individual (processo nº 17888-97.2012.4.01.3200) junto à 3ª Vara da Justiça Federal no Amazonas, desta feita figurando como impetrado o Delegado da Receita Federal do Brasil em Manaus, cujo processo continua em tramitação na Justiça Federal. Em 31/12/2022 o montante atualizado é de R\$ 2.600.832.

d) Ações Tributárias - PIS e COFINS / Auto de Infração

No primeiro semestre de 2015, foi concluída fiscalização da Receita Federal na AFEAM (processo nº 10283-720.820/2015-88) sobre o cumprimento das obrigações tributárias relativas ao PIS e à COFINS, do período de julho a dezembro de 2010 e janeiro a dezembro de 2011, o que resultou na lavratura de Autos de Infração para o PIS no valor de R\$ 1.351.939 e para COFINS de R\$ 5.937.340. Essas Autuações estão baseadas no fato de a AFEAM apurar essas contribuições pelo regime cumulativo e a Receita Federal ter entendimento diverso, ou seja, regime não cumulativo. A AFEAM não concordando com esses Autos e ainda considerando o processo nº 17888-97.2012.4.01.3200 do que trata o item anterior que transitou na justiça federal, interpus impugnação junto ao Delegado da Receita Federal, a qual atualmente está suspensa, aguardando decisão do citado processo judicial. Em novembro de 2019 foi constituída provisão de R\$ 9.670.514, sendo PIS R\$ 1.828.102 e COFINS R\$ 7.844.412. Em 31/12/2022 o montante atualizado é de R\$ 12.043.347.

NOTA 10. OUTROS PASSIVOS

a. Sociais e Estatutárias

Composição	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Dividendos	352.073	66.750
Participação Administradores	27.930	-
Participação Empregados	452.930	57.315
<b>TOTAL</b>	<b>832.933</b>	<b>124.065</b>

b. Fiscais e Previdenciárias

Composição	Dezembro 2022	Dezembro 2021
IRPJ	5.353.261	7.141.598
CSLL	5.150.604	7.498.241
IRRF Funcionários	1.035.999	884.985
IRRF Terceiros	10.406	9.753
INSS Empresa	509.235	468.125
INSS Funcionários	113.034	100.313
INSS Terceiros	31.114	29.461
FGTS	229.765	204.690
ISSQN Empresa	311.415	391.784
ISSQN Retido de Terceiros	28.777	19.788
COFINS	270.790	329.774
PIS	44.003	53.588
Outros	195.583	141.195
<b>Total</b>	<b>13.281.986</b>	<b>17.273.295</b>

c. Outros Fundos e Programas

A AFEAM é gestora e agente financeiro do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, percebendo remuneração calculada sobre o saldo das contas do Fundo relativo à disponibilidade de recursos + operações de crédito + créditos compensados. A Lei Estadual nº 4.953, de 2019 alterou o percentual aplicado para remuneração da taxa de administração, passando de 4% para 10% ao ano, em 2019; 9% em 2020, 8% em 2021 e 6% a partir de 2022.

FMPES	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Trânsito	36.553.871	31.744.109
Investimento Social	1.014	26.616.991
Financiamento	119.628.346	64.587.282
<b>TOTAL</b>	<b>156.183.231</b>	<b>122.948.382</b>

OUTROS FUNDOS/RECURSOS	Dezembro 2022	Dezembro 2021
FTI	314.313	295.862
Convênios	7.555.073	15.042.526
<b>TOTAL</b>	<b>7.869.386</b>	<b>15.338.388</b>

d. Diversos

Composição	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Pagamentos a Processar	81.731	97.811
Fornecedores Nacionais	1.344.721	575.972
Ação de Crédito	222.164	124.255
Leilão	146.242	1.508.029
Outros	49.458	114.248
<b>Total</b>	<b>1.844.316</b>	<b>2.420.316</b>

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social da AFEAM é de R\$ 98.065.592 e está representado por 98.065.592 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, participando o Estado do Amazonas como acionista controlador com 98.047.847 ações e o Município de Manaus/AM como acionista minoritário com 17.645 ações, totalmente subscrito e integralizado. O Estado do Amazonas detém 99,98% do capital social. Foi aprovado na 38ª Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, realizada em 29 de abril de 2022, o aumento de capital no valor de R\$ 1.112.495, oriundo da destinação do Lucro Remanescente apurado no exercício de 2021, no valor de R\$ 1.045.745, e do valor de R\$ 66.750, relativos aos dividendos obrigatórios. Referido valor se encontra registrado em aumento de capital nos termos da Carta-Circular BCB nº 2.994, de 15 de janeiro de 2002, aguardando aprovação do referido órgão.

Capital Social	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Ações Ordinárias	98.065.592	93.628.620
Aumento de Capital	1.112.495	4.436.972
<b>Total</b>	<b>99.178.087</b>	<b>98.065.592</b>

b. Reserva de Lucro

Reservas de Lucro	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Reserva Legal	900.029	611.765
Reserva para Expansão	2.970.000	2.970.000
Outras	5.515.807	1.045.746
<b>Total</b>	<b>9.385.836</b>	<b>4.627.511</b>

c. Ajustes de Exercícios Anteriores

Em julho de 2022 foi registrado o valor de R\$ 390.876 em contas de Lucro ou Prejuízo Acumulado (exercícios encerrados), referente a Ativos Não Financeiros Mantidos para a Venda – Recebidos.

d. Dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 8% do lucro líquido menos Reserva Legal, apurados nos termos da Política de Dividendos da AFEAM. No exercício de 2022, foi apurado o valor de R\$ 382.073 (R\$ 66.750 em 2021).

NOTA 12. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a. Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre 2022	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Taxa de Adm FMPES	28.490.600	53.788.739	65.840.142
Taxa de Adm FTI e Convênios	-	1.182.074	2.269.363
Taxas de Cadastro e Outras	2.933.516	4.512.555	3.415.238
<b>Total</b>	<b>31.424.116</b>	<b>59.483.368</b>	<b>71.324.743</b>

b. Despesas de Pessoal

	2º Semestre 2022	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Honorários Diretores e Conselheiros	739.305	1.472.641	1.302.988
Benefícios	2.919.952	5.456.037	4.948.350
Encargos Sociais (FGTS e Previdência)	4.401.137	8.288.951	7.533.738
Proventos	12.407.835	23.494.361	21.041.803
Treinamentos	128.778	167.947	129.633
Estagiários	216.806	423.534	414.812
<b>Total</b>	<b>20.813.613</b>	<b>39.303.471</b>	<b>34.956.512</b>

c. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre 2022	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Água, Energia e Gas	188.703	388.550	366.328
Aluguéis	37.025	70.558	67.492
Comunicações	151.347	310.556	359.208

g. Resultado Não Operacional

Table with 4 columns: 2º Semestre 2022, Dezembro 2022, Dezembro 2021. Rows include Outras Receitas não Operacionais, Outras Despesas não Operacionais, and Total.

NOTA 13. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DE MAIS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

A Política de Remuneração dos Administradores e Demais Órgãos Estatutários da AFEAM segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.921, de 2010, que define remuneração como o pagamento efetuado em retribuição ao trabalho prestado à instituição pelos administradores e demais órgãos estatutários, assim considerados: os Diretores (DIOCL), os membros do Conselho de Administração (COAD), do Conselho Fiscal (COFIS) e do Comitê de Auditoria (COAUD).

Table with 4 columns: 2º Semestre 2022, Dezembro 2022, Dezembro 2021. Rows include Diretoria (honorários), Diretoria (outros benefícios), Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, and Total.

NOTA 14. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos - GIR da AFEAM segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557, de 2017, a fim como finalidade identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de forma contínua, sendo aplicada as linhas de negócio de crédito, financeiro e administração de recursos de terceiros. Os principais riscos tratados pela referida Estrutura são: Riscos Financeiros (crédito, mercado e liquidez); e Riscos Não Financeiros (operacional, ambiental, cibernético, reputacional, legal, compliance, estratégico e regulatório). A Estrutura de GIR prevê um modelo interno denominado Matriz de Gerenciamento Integrado de Riscos, o qual apresenta indicadores que podem sanitar o nível dos riscos que afetam as linhas de negócio da Agência, a elaboração de relatórios periódicos sobre os resultados de monitoramento de riscos com proposição de ações de mitigação, programas de testes de estresse para mensurar o nível de impacto dos riscos relevantes no capital em cenário adverso e Plano de Contingência de Liquidez a ser adotado em cenário com alta probabilidade de impacto de liquidez.

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos poderá ser verificada no endereço eletrônico: https://www.afeam.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Estrutura-de-Gerenciamento-Integrado-de-Riscos-GIR.pdf

Segundo diretrizes da Resolução CMN nº 4.557, de 2017, a Estrutura de Gerenciamento de Capital da AFEAM tem como finalidade monitorar o capital da Agência avaliando o impacto no capital e nas suas metas estratégicas, bem como, avaliar a necessidade de capital face aos riscos mensurados pela Estrutura de Gestão Integrada de Riscos. A Estrutura de Capital prevê o Plano de Capital, com prospecção de cenários para os próximos 04 anos, a fim de se estabelecer estratégias da empresa para superar cenários adversos. O cálculo do Patrimônio de Referência (PR) Mínimo para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) é parte da composição estrutural dos riscos afetados à instituição, compondo a sua Estrutura de Gerenciamento de Capital. Com base na Resolução CMN nº 4.958, de 2021, a AFEAM aloca capital para a cobertura dos diversos tipos de risco previstos, destacando-se os Riscos de Crédito, Mercado e Operacional, bem como o valor do capital para cobertura do risco de taxa de juros da Carteira Bancária (RBAN), e ainda o Adicional de Conservação de Capital Principal. Esses valores são calculados mediante metodologia definida pelo BCB, apurados e informados, mensalmente, no Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO). Em 31/12/2022, o PR é de R\$ 107.981.982 (R\$ 110.651.935, em 30/06/2022) e o RWA foi de R\$ 155.513.470 (R\$ 184.452.033, em 30/06/2022), resultando num índice de Basileia (PR/RWA) de 69,44% (57,01%, em 30/06/2021). Nesse sentido, a capacidade do Capital da AFEAM em superar os riscos inerentes às suas linhas de negócios apresenta uma ótima condição.

A estrutura de gerenciamento de capital poderá ser verificada no endereço eletrônico: https://www.afeam.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/Estrutura-de-Gerenciamento-de-Capital-SITE-AFEAM.pdf

Entre os riscos de maior relevância e com maior potencial de afetar o capital da AFEAM a partir de 2023, permanecem as prováveis perdas na carteira de crédito de Recursos Próprios e o aumento do passivo trabalhado decorrente de ações judiciais movidas por empregados da Agência, devido à redução da carga horária diária de trabalho ocorrida em novembro de 2016, de 8h para 6h, em função da Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho - MPT, processo n.º 000873-06/2010-5. 11. 2008. Também está contemplado nesta análise o impacto nas receitas de Títulos e Valores Mobiliários - TVM, devido à alteração na metodologia de remuneração dos recursos disponíveis do FMPES, momentaneamente não aplicados em operações de crédito. O risco relativo à não renegociação de posse de BNDU e o risco de avaliação total da dívida em pagamento de BNDU, mencionadas na análise de sensibilidade do 1º semestre de 2022, não estão nesta análise devido aos mesmos terem seus impactos totalmente absorvidos pelo capital da AFEAM.

I. Risco da Perda na Carteira de Riscos. Em um cenário estressado da carteira de riscos da AFEAM, operações contratadas com recursos próprios e/ou de terceiros com risco para a Agência, é esperado um impacto no seu capital de até R\$ 500 mil. Porém, essa perda esperada não inibirá a capacidade de geração de lucro para o ano de 2023.

II. Risco de Passivo Trabalhista. Ao final do 2º semestre de 2021, o percentual de 53,26% dos empregados da AFEAM já havia protocolado ação judicial contra a Agência, restando 46,74%. Para fazer face a essas prováveis perdas, ainda não ajustadas, foi estimada uma provisão como reserva técnica no valor de R\$ 19.306 mil, a serem provisionadas em 04 parcelas iguais de R\$ 4.839 mil entre anos de 2021 a 2024. Ao final do 2º semestre de 2022, o percentual de empregados que já haviam ajuizado ação subiu para 59,21% e dos que ainda não protocolaram está em 40,79%. Em função disso, o valor da provisão como reserva técnica foi reduzido para R\$ 16.550 mil, no entanto, nesse exercício houve baixa de R\$ 762 mil por conta de empregados que elevaram o ajuizamento de ações, resultando no saldo da estimativa de reserva técnica no montante de R\$ 15.788 mil. A programação inicial de provisão para reserva técnica foi revisada em função do novo prognóstico jurídico sendo efetivada provisão de R\$ 8.710 mil em 2022, o que resultou em um saldo acumulado de reserva técnica no valor de R\$ 12.788 mil, no final do exercício, ficando o valor de R\$ 3.001 mil para 2023. Nesse sentido, o impacto a ser considerado no capital da AFEAM é somente a provisão programada para o ano de 2023 no valor de R\$ 3.001 mil, situação que não inibirá a capacidade de geração de lucro para o referido exercício.

III. Alteração na metodologia de remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados em financiamentos do FMPES. A partir de outubro de 2023, será adotada nova metodologia para remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados em financiamentos do FMPES, de acordo com a Lei Estadual nº 2620, de 2015. Tal mudança implicará um aumento de despesa para AFEAM no valor estimado de R\$ 2.431 mil. No entanto, essa despesa não inibirá a capacidade de geração de lucro da AFEAM no referido ano.

IV. Resiliência do Capital da AFEAM. Os apontamentos mencionados nos itens I a III acima, que podem gerar impacto no capital da AFEAM no valor de R\$ 9.932 mil, foram considerados no Plano Orçamentário do Planejamento Estratégico da AFEAM, e, mesmo assim, manteve-se a capacidade de a Agência gerar lucro no ano de 2023.

NOTA 15. OUTROS EVENTOS

a) Crédito e Renegociação: As atividades econômicas no Estado voltaram a funcionar normalmente em função da redução do contágio da COVID-19, portanto, não houve mais necessidade das excepcionais implementadas nos Planos Emergenciais de Concessão e de Renegociação de dívidas no período de 2020 e 2021. Em 2022, a AFEAM lançou o Plano "Crédito Amazonas com o objetivo de financiar as atividades produtivas dos setores primário, secundário e terciário, utilizando recursos do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES. Com recursos próprios a AFEAM financiou empreendimentos mais estruturados nos setores secundários e terciários.

b) Novos critérios de mensuração de provisão de créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada - Resolução CMN nº 4.966, de 2021. A resolução CMN nº 4.966, de 2021 requer, entre outros, que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada. Citada Resolução substitui entre outras as Resoluções CMN nº 2.682 e nº 3.533, bem como as Circulares nº 3.068 e 3.082. Essa norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado. Estabelece, também, critérios que deverão ser aplicáveis aos ativos financeiros, no que se refere à constituição de provisão para perda de crédito, e sua vigência será a partir de 01 de janeiro de 2025. Em junho de 2022 o Conselho de Administração aprovou o Plano para Implementação da Regulamentação Contábil estabelecida conforme artigo 76 desta Resolução, o qual está composto por cinco etapas, consolidadas em um macro-cronograma de ações contendo as atividades que deverão ser desenvolvidas, a seguir detalhadas.

- ETAPA 01 Conhecimento inicial sobre a Resolução CMN nº 4.966/2021: Definições e conceitos; treinamentos; constituição de grupo de trabalho.
ETAPA 02 Elaboração do Plano para Implementação: Discussão e elaboração do plano; apreciação pelo Conselho de Administração e Diretoria do Plano para Implementação;
ETAPA 03 Definição do modelo de negócio e SPP: Identificação do modelo de negócio atual da AFEAM; análise do conceito e definição de regras; avaliação de riscos do modelo de negócio atual e dos impactos econômicos e financeiros; análise de possíveis ajustes no modelo de negócio atual; elaboração de proposta de modelo de negócio mais adequado à Agência; apresentação do relatório de avaliação de impactos do modelo de negócio atual e de possível proposta de melhoria; apreciação do relatório de avaliação do Conselho de Administração e Diretoria;
ETAPA 04 Implementação do modelo de negócio: Parametrização, adequação, desenvolvimento, aquisição de sistemas; revisão dos processos relacionados ao registro e contabilização do modelo de negócio da AFEAM;
ETAPA 05 Ambiente de teste do modelo de negócio: Registro e contabilização do modelo de negócio da AFEAM; aplicação das perdas esperadas e provisionamento mensurados pelos modelos internos; comparação dos resultados entre as contabilizações, ajustes na parametrização e nos modelos internos de mensuração de PDD.

Box containing names of Marcos Vinicius Cardoso de Castro (Diretor-Presidente), João Batista Silva Tavares (Diretor de Crédito), Cristina Coelho da Silva (Diretora de Administração), and Luana Coimbra da Rocha (Contadora CRC/AM 10.314/O-3) along with the AFEAM logo.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM Manaus/AM Prezados Senhores,

1) Opinião sem Ressalva. Examinamos as demonstrações contábeis da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM ("Agência") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil (BACEN).

2) Base para Opinião sem Ressalva. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Principais Assuntos de Auditoria. Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, há descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumpriamos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a essas principais questões de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, formaram a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Agência.

3.1) Provisão para perdas sobre as operações de crédito. A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Ajudado julgamento é significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outros, informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 5h, em 31 de dezembro de 2022, o saldo bruto da carteira expandida sujeita ao risco de crédito é de R\$ 47.434.931, para o qual foi constituída provisão para perdas de créditos esperadas de R\$ 9.697.092. Consideramos esse assunto/procedimento como significativa em função: (i) da relevância do saldo de crédito de clientes e motivos, sujeitos à avaliação de perdas; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que as operações de crédito estão inseridas; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição do nível de provisão por operação; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A.

Como nossos auditores abordaram esse assunto? Elaboremos uma relação dos controles internos implementados a fim de atualizarmos-nos em relação ao desenho, funcionamento e níveis de compliance aplicados aos processos mais relevantes relacionados: (i) ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito; (ii) análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas; (iii) a avaliação, com o apoio de especialistas, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela administração para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito; (iv) a verificação da base documental adotada pela administração para o processo de determinação da provisão para perda esperada; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação nas notas explicativas nº 3.i e 5.b são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

4) Outros Assuntos 4.1) Relatório da Administração. A administração da Agência é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as conclusões das demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparente estar distorcido de forma relevante.

Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido, não temos nada a relatar. 4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram objeto de exame de auditoria por outros auditores, cujo relatório foi emitido em 25 de março de 2022, com opinião não modificada.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- > Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
> Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da AFEAM.
> Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
> Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a AFEAM a não mais se manter em continuidade operacional.
> Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança da AFEAM a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Apresentamos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumpriamos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considerando, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Manaus/AM, 23 de março de 2023.

Box containing names of AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/S: CRICPE 000150/0 TMT, Philippe de Aquino Pereira (Contador - CRC/PE 028157/O-2 'AM', CNAI 4747) and Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira (Contador - CRC/PE 010483/O-9 'AM', CNAI 1922), Jairo Aires de Sant Ana (Contador - CRC/MT 015226/O-7 'AM', CNAI 4187).

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. O Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, em reunião extraordinária ocorrida nesta data, CONSIDERANDO o teor do Relatório da Administração da AFEAM, bem como as Demonstrações Contábeis, exercício 2022 e o Parecer dos Auditores Independentes, CONSIDERANDO as conclusões do Comitê de Auditoria, apresentadas em seu Relatório, registrado em Reunião de mesma data, reconhecendo a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, CONSIDERANDO ainda o "Parecer do Conselho Fiscal da Agência", registrado em Reunião de mesma data, DECLARA que após análise do Relatório da Administração da AFEAM, bem como das Demonstrações Contábeis, exercício 2022, encontrou os mesmos em perfeita ordem, elucidando claramente todos os fatos relevantes ocorridos em 2022. Ressalta que os quadros e tabelas acrescidos nas Notas Explicativas do exercício em questão tornaram do fácil entendimento e compreensão a visualização das informações demonstradas nos documentos. Observa a transparência com que os assuntos foram expostos, as estruturas de Governança, Controles Internos e Compliance também foram bem representados no Relatório da Administração. Destaca ainda que a AFEAM vem caminhando para um nível cada vez maior de comprometimento, implantando os normativos cabíveis e exigidos pelos Órgãos Reguladores e realizando, através de seus gestores e corpo funcional, uma Gestão de compromisso com a perpetuidade da Instituição e crescimento para o benefício de seus Membros. Pelos motivos expostos, de acordo com o inciso V, do Artigo 142 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, o Conselho de Administração da AFEAM, concluiu, à vista do parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal, e das conclusões expressas no relatório do Comitê de Auditoria, que as contas da Diretoria relativas ao exercício findo em 31/12/2022, encontram-se em ordem, devendo, pois, serem submetidas à apreciação da Assembleia de Acionistas. Manaus/AM, 23 de março de 2023.

Box containing names of ALESSANDRO RIBEIRO (Presidente), RONALDO APORCINO DE ALMEIDA (Membro), PAULO RICARDO RODRIGUES DE SOUZA (Membro), MARCOS VINICIUS CARDOSO DE CASTRO (Membro), and ADRIANO MENDONÇA PONTE (Membro).

PARECER DO CONSELHO FISCAL. O Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 163 da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, após examinar as Demonstrações Contábeis do exercício 2022, complementadas pelas Notas Explicativas, e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, declara que encontrou as peças contábeis na mais perfeita ordem, concluindo por indicar à Assembleia Geral sua aprovação, na época devida. Manaus/AM, 23 de março de 2023. EDILEUZA LOBATO DA CUNHA - Presidente, JOÃO PAULO BELTRÃO DUARTE - Membro, RODRIGO BELÉM LIMA - Membro.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Introdução 1.1) Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria. O Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM denominado COAUD, órgão de caráter permanente, observa as disposições do Estatuto Social da AFEAM, da Lei Federal 13.303, de 2016, do Decreto Estadual nº 39.032, de 2018, Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910, de 2021 e as decisões do Conselho de Administração.

1.2) Principais atribuições do Comitê de Auditoria. Compete ao Comitê de Auditoria auxiliar o Conselho de Administração no que se refere às funções de supervisionar as atividades das auditorias interna e independente, de controles internos e de gestão de riscos, assim como avaliar e monitorar a qualidade e integridade dos sistemas de controles internos, das demonstrações financeiras e da exposição a riscos, a fim de melhorar o processo de transparência e de contribuir com o aperfeiçoamento das atividades da AFEAM.

1.3) Composição: Conforme disposto no art. 4º, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria da AFEAM, o COAUD, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será integrado por 3 (três) membros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma reeleição. Atualmente, o comitê é composto por Irineu Avelino de Souza Neto e Márcio Marques Gonçalves, porquanto Eronildo Rogério Corneia de Freitas apresentou sua renúncia à contar de 1º.3.2023 por motivos pessoais e sua substituição está sendo providenciada.

Atividades do Comitê de Auditoria. O COAUD reuniu-se 16 (dezesseis) vezes. Nesse período de 2022, o Comitê de Auditoria também realizou sessões reservadas periódicas com Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance e com a Auditoria Interna, além de outras com a Gerência Administrativa, com a Auditoria Independente e, em todas as reuniões, entre os próprios membros do Comitê. Com o objetivo de aprofundarem seu conhecimento sobre as diversas áreas de atuação da AFEAM. O Comitê reuniu-se ordinariamente em 23.03.2023, discutiram e apreciaram as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, registrando-se a presença dos 2 membros na referida reunião.

Parecer do Comitê de Auditoria. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO: Verifica-se que o Sistema de Controle Interno da AFEAM está em constante aperfeiçoamento, sendo capaz de identificar fatores adversos relevantes, o que vem permitindo a adoção de medidas preventivas e corretivas pela Administração. O Sistema de Controle Interno adotado pela AFEAM é estruturado por meio de políticas, normativas, cultura organizacional e de padrões éticos e de integridade promovidos pela AGÊNCIA, permitindo, assim, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente.

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA: O Comitê de Auditoria tem à sua disposição o acesso direto à Auditoria Interna da AGÊNCIA e aos Auditores Independentes (por meio da Contabilidade) para discussão de atividades realizadas. Diante disso, foi avaliado pelo Comitê que a Auditoria Interna vem exercendo suas atribuições com satisfatória efetividade, observando o seu Plano Anual de Auditoria Interna, de forma independente, contínua e efetiva, dispondo de recursos suficientes e canais de comunicação eficazes. Quanto à Auditoria Independente, por sua vez, o Comitê avalia de forma satisfatória o volume e a qualidade das informações fornecidas por esta, não tendo sido verificadas situações que pudessem prejudicar a objetividade e a independência dos auditores externos, bem como a solidez e continuidade da AGÊNCIA.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As práticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Por fim, não foi verificada a existência de divergência entre a Administração da AGÊNCIA, os auditores independentes e este Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras apresentadas.

CONCLUSÕES: O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações e nos relatórios recebidos da Diretoria Colegiada (referentes, dentre outros, a análise mensal do balanço, gerenciamento de disponibilidades, de risco e gestão da carteira de crédito, execução do Plano Financeiro Operacional, demonstrativos de limites operacionais), da área de gestão do Controle Interno, Riscos e Compliance, da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de suas atribuições, concluiu que não foram identificadas situações que possam colocar em risco a continuidade da AGÊNCIA. Em assim sendo, o Comitê de Auditoria não tem nada a opor à aprovação das Demonstrações Financeiras e Contábeis consolidadas, referentes ao exercício social de 2022, com os consequentes encaminhamentos ao Conselho de Administração. Manaus-AM, 23 de março de 2023.

Box containing names of Márcio Marques Gonçalves (Auditor e Membro Qualificado do Comitê de Auditoria - COAUD) and Irineu Avelino de Souza Neto (Auditor e membro da equipe do Comitê de Auditoria - COAUD).

Box containing names of 1 - DIRETORIA: Marcos Vinicius Cardoso de Castro (Diretor-Presidente da AFEAM), João Batista Silva Tavares (Diretor de Crédito da AFEAM), Cristina Coelho da Silva (Diretora de Administração da AFEAM); 3 - CONSELHO FISCAL: Edileuza Lobato da Cunha - Presidente, João Paulo Beltrão Duarte - Membro, Rodrigo Belém Lima - Membro; 4 - COMITÊ DE AUDITORIA: Márcio Marques Gonçalves (Auditor e Membro Qualificado do Comitê de Auditoria - COAUD), Irineu Avelino de Souza Neto (Auditor e Membro Qualificado do Comitê de Auditoria - COAUD); 2 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Alessandro Ribeiro - Presidente, Paulo Ricardo Rodrigues de Souza - Membro, Adriano Mendonça Ponte - Membro, Ronaldo Aporcino de Almeida - Membro, Marcos Vinicius Cardoso de Castro - Membro; 5 - CONTADORA: Luana Coimbra da Rocha (Contadora CRC/AM 10.314/O-3).

AFEAM Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. logo.



FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS - FMPES

CNPJ: 34.102.647/0001-46 - LEI Nº 2.826 DE 29/09/03 E DECRETO Nº 23.994 DE 29/12/03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Valores expressos em Real R\$)

Cumprindo disposições legais e regulamentares, apresentamos o Relatório da Administração do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, relativo ao exercício de 2022.

I - O FMPES

O FMPES foi criado pelo art. 151, § 2º da Constituição Estadual e regulamentado pela Lei Estadual nº 1.939, de 1989, a qual foi revogada pela Lei Estadual nº 2.826, de 2003, e suas alterações posteriores, que institui a nova Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais, que foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 23.994, de 2003 e suas alterações. Tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas, mediante a viabilização de programas de financiamento aos setores produtivos e à disponibilidade de recursos para a aplicação em investimentos estatais nos setores de infraestrutura social, visando atender às necessidades e demandas da população de baixa renda, em consonância com o Plano Estadual de Desenvolvimento. Os recursos do FMPES destinam-se ao financiamento das micro e pequenas empresas dos setores Industrial, comercial e de serviços, aos trabalhadores autônomos e profissionais liberais, às cooperativas e associações agrícolas de produção e comercialização e aos produtores rurais, na proporção de 60% para aplicação no interior do Estado e 40% para aplicação na Capital. AFEAM, na condição de Gestora e em plena sintonia com os propósitos do Fundo, conta com a parceria de agentes técnicos conveniados (vide item Parceria - III - 1.2) para desenvolver ações de cunho técnico, administrativo, normativo e operacional.

II- PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Dentre as ações realizadas no exercício de 2022, destacamos:

1. Desempenho Estratégico

1.1 Gestão de Produtos e Serviços: Considerando que as atividades econômicas voltaram a funcionar normalmente em função da redução do contágio da COVID-19, portanto, não havendo mais necessidade de todas as excepcionalidades implementadas nos Planos Emergenciais de Concessão e de Renegociação de dívidas no biênio de 2020 - 2021. Foi nesse contexto que, em 2022, a AFEAM lançou o Programa +Crédito Amazonas com o objetivo de financiar as atividades produtivas dos setores primário, secundário e terciário, utilizando recursos do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES.

- 1.2 Parcerias: A AFEAM contou com diversos parceiros técnicos na operacionalização dos programas de crédito:
- a) SEBRAE - Parceiro Técnico que nesse período de pandemia atua na orientação aos clientes na formalização das propostas de financiamento dos setores secundários e terciários na Plataforma de crédito;
  - b) IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - Parceiro Técnico que atua na formalização de projetos do setor primário;
  - c) FPS - Fundo de Apoio de Promoção Social e Erradicação da Pobreza - Parceiro Técnico que atua na formalização de proposta de crédito solidário, beneficiando as pessoas com risco social, por meio de financiamento de pequenas atividades produtivas;
  - d) SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Parceiro Técnico, que atua na divulgação do Programa de Microcrédito da AFEAM, além do direcionamento dos egressos de seus respectivos cursos de capacitação às atividades empreendedoras;
  - e) CETAM - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - Parceiro Técnico, que atua na divulgação e orientação dos seus alunos finalistas, na formalização de propostas de financiamentos dos setores primários, secundários e terciários;
  - f) CIAMA - Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - Parceiro Técnico, que atua na orientação e formalização de propostas de financiamentos dos setores secundário e terciário, exceto microcrédito;
  - g) JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas - Parceiro Técnico, que atua fornecendo, via consulta ao seu banco de dados, informações e documentos das empresas proponentes de financiamentos;
  - h) SEAS - Secretaria de Estado de Assistência Social - Parceiro Técnico que atua na formalização de propostas do Crédito Rosa, beneficiando mulheres empreendedoras (autônomas e microempreendedoras individuais - MEI);
  - i) SEJUSC - Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - Parceiro Técnico que atua na orientação e formalização de propostas de financiamento para idosa através do programa Idosa Empreendedor e pessoas com Deficiência através do Programa Mais Crédito Inclusão, que desenvolvem atividades produtivas no setor secundário e terciário;
  - j) SEPROR - Secretaria de Estado da Produção Rural - Parceiro Técnico que é responsável pela política de desenvolvimento no setor primário para os programas: Procafério, Promecanização e mais manejo florestal que são elaborados pelo IDAM; e
  - k) SEDECTI/SETEMP - Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - Parceiro Técnico que através da secretaria Executiva do trabalho e Empreendedorismo - SETEMP que atuam na orientação e formalização de propostas para artesanato, desempregados, autônomo e microempreendedor individual - MEI.

2. Desempenho Operacional: Comparativo exercícios 2021 X 2022

2.1 Financiamentos concedidos

Aplicação Espacial do Recurso

Área Espacial	Nº Operações		Valor (R\$)		(Rec. Aplicado) %		Nº Ocupações Geradas/ Mantidas	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
	Capital	3.176	2.904	44.572.951	43.966.052	26,44	26,70	9.528
Interior	17.731	13.833	124.022.067	120.708.933	73,56	73,30	53.193	41.499
<b>TOTAL</b>	<b>20.907</b>	<b>16.737</b>	<b>168.595.048</b>	<b>164.674.985</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>62.721</b>	<b>50.211</b>

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

Conforme demonstrado no Quadro 1, a AFEAM aplicou 73,30% dos recursos no interior do Estado, cumprindo, dessa forma, o que determina a Lei Estadual nº 2.826, de 2003.

Aplicação por Setor Econômico

Setor Econômico	Nº Operações		Valor (R\$)		(Rec. Aplicado) %	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
	Primário	1.699	1.623	27.954.015	26.681.499	11,80
Secundário	823	460	4.757.268	3.217.273	3,27	1,96
Terciário	18.385	14.654	135.893.745	134.776.213	84,93	81,84
<b>TOTAL</b>	<b>20.907</b>	<b>16.737</b>	<b>168.595.048</b>	<b>164.674.985</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

No exercício de 2022 a AFEAM realizou 16.737 financiamentos de operações de crédito com recursos do Fundo, no valor total de R\$ 164.674.985, sendo 2.904 operações de crédito na capital, no montante de R\$ 43.966.052 e 13.833 operações de crédito no interior do Estado, no montante de R\$ 120.708.933, que foram direcionados aos pequenos produtores rurais, cooperativas, associações, profissionais autônomos, Profissionais liberais e aos micros e pequenos empresários.

Aplicação Espacial - Microcrédito

Área Espacial	Nº Operações		Valor (R\$)		(Rec. Aplicado) %		Nº Ocupações Geradas/ Mantidas	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
	Capital	2.758	2.533	20.749.345	20.900.570	26,45	22,32	8.274
Interior	15.807	11.759	85.311.781	72.737.799	73,55	77,68	47.421	35.277
<b>TOTAL</b>	<b>18.565</b>	<b>14.292</b>	<b>106.061.126</b>	<b>93.638.169</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>55.695</b>	<b>42.876</b>

Aplicação por Setor Econômico - Microcrédito

Setor Econômico	Nº Operações		Valor (R\$)		(Rec. Aplicado) %	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
	Secundário	811	451	3.969.693	2.710.385	3,74
Terciário	17.754	13.841	102.091.433	90.927.784	96,26	97,11
<b>TOTAL</b>	<b>18.565</b>	<b>14.292</b>	<b>106.061.126</b>	<b>93.638.169</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

Referente ao Programa do Microcrédito, conforme demonstrado no quadro 3, no exercício de 2022 a AFEAM realizou 14.292 financiamentos de operações de crédito com recursos do Fundo, no valor total de R\$ 93.638.169, sendo 2.533 operações de crédito na capital, no montante de R\$ 20.900.570 e 11.759 operações de crédito no interior do Estado, no montante de R\$ 72.737.799, que foram direcionados aos trabalhadores autônomos, empreendedor individual, profissional liberal, micro e pequenas empresas dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços, cooperativas e associações, e agroindústria.

- 2.2 Administração de Crédito: A AFEAM faz o acompanhamento dos projetos financiados e adota a prática de cobrança preventiva, administrativa e judicial. Também promove ações de recuperação de crédito e campanhas de regularização para trazer o cliente à adimplência. No decorrer do exercício de 2022, como resultado de todos os esforços empreendidos para retorno dos recursos aplicados:
- a) **Renegociações:** foram renegociadas 2.064 operações, no valor total de R\$ 23.230.493, representando redução de 27,10% em relação ao mesmo período de 2021 (R\$ 31.868.330).
  - b) **Retorno de Financiamento:** Do valor inicialmente orçado no Planejamento Estratégico (R\$ 135.612.000), foi recebido R\$ 109.700.220, correspondendo 80,89% do total previsto. Esse valor foi 60,81% maior, comparativamente, a 2021 (R\$ 68.219.363), representou um aumento de R\$ 41.480.856, explicado, em grande parte, pela volta à normalidade dos cronogramas de pagamento das parcelas que haviam sido suspensos/diferidos por renegociações realizadas ao amparo dos Planos Emergenciais de Renegociação nas fases críticas da pandemia da COVID 19;
  - c) **Arrecadação:** Do valor inicialmente orçado no Planejamento Estratégico (R\$ 322.000.000), foi recebido R\$ 325.363.655, correspondendo 101,04% do total previsto. Comparativamente a 2021 (R\$ 292.142.875), representou um aumento de R\$ 33.220.780, correspondente a 11,37%; e
  - d) **Análise-enchente 2022:** A Lei Estadual nº 5.957, de 2022, que dispõe sobre a concessão de remissão e renegociação da dívidas de operações de financiamentos realizadas pela AFEAM, com recursos do FMPES, limitada aos municípios onde foi reconhecida a calamidade pública ou o estado de emergência pela Defesa Civil Estadual ou Secretaria Nacional da Defesa Civil em decorrência dos efeitos provocados pela excepcional enchente de 2022, estabeleceu a remissão total ou parcial da dívida ou a renegociação do valor remanescente financiado. Na data base de dezembro/2022, 19 municípios haviam sido contemplados com remissão total ou parcial, no montante de R\$ 1.255.574.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

3.1 Resultado: Ao término do exercício de 2022, o FMPES apresentou resultado negativo de R\$ 82.666.082, com aumento de 15,00% em relação ao mesmo período de 2021 (R\$ 70.056.334), justificado, principalmente pelo aumento de 124,79% (R\$ 35.231.465) na despesa de Aproximamento e Ajustes Patrimoniais, R\$ 63.231.465 (2022), comparativamente ao mesmo período de 2021 (R\$ 28.231.736).

3.2 Patrimônio Líquido: Em 31 de dezembro de 2022, o PL do FMPES corresponde a R\$ 528.745.661 (R\$ 389.154.919, 2021), com aumento de 35,36%, justificado principalmente pelo: aumento de 86,47% das receitas financeiras, R\$ 1.970.626 (2022) e R\$ 1.056.832 (2021); aumento de 93,38% da reversão de provisões operacionais, R\$ 8.400.978 (2022) e R\$

4.344.387 (2021); aumento de 236,28% da recuperação de créditos baixados como prejuízo R\$ 8.435.451 (2022) e R\$ 2.508.444 (2021); e, aumento de 11,37% da arrecadação R\$ 325.363.655 (2022) e R\$ 292.142.875 (2021).

III- AGRADECIMENTOS

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado do Amazonas pelo apoio no sentido de qualificar a Instituição como um instrumento a serviço do desenvolvimento do Estado, sendo o agente indutor do fomento por meio de financiamento às atividades produtivas utilizando o Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, além de outras fontes de recursos. De igual modo, expressamos os nossos agradecimentos aos acionistas da AFEAM, às autoridades constituídas do Estado, aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, e aos parceiros SEBRAE, IDAM, FPS, SENAC, CETAM, CIAMA, JUCEA, SEAS, SEJUSC, SEPROR e SEDECTI/SETEMP, pelo harmônico trabalho, assim como aos colaboradores da instituição pela dedicação e comprometimento com a Agência, além da população amazonense - razão maior da existência da AFEAM.

Marcos Vinicius Cardoso de Castro  
Presidente do Comitê de Administração do FMPES

BALANÇO PATRIMONIAL Em Real (R\$)

	nota	DEZEMBRO 2022	DEZEMBRO 2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Disponibilidades	3.c; 5	156.183.232	122.948.382
Aplicações Financeiras	3.c; 5	1.476.823	1.476.823
FMPES Especial		1.476.823	1.476.823
Operações de Crédito	3.e; 6	166.285.726	140.038.236
Aplicação na Capital		53.599.762	53.494.743
Aplicação no Interior		140.110.501	95.857.435
(Prov. Créd. Liquidação Duvidosa)		(27.424.637)	(9.313.943)
Outros Créditos	3.f; 6	494.456	456.155
Diversos		494.456	456.155
Outros Valores e Bens	3.g; 7	207.499	307.541
Ativo Não Financeiro Mantido para Venda		41.521.260	41.599.969
(Prov. Para Desvalorização)		(41.313.761)	(41.292.428)
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>119.460.843</b>	<b>124.063.596</b>
Aplicações Financeiras	3.c; 5	10.606.278	12.217.357
FMPES Especial		10.606.278	12.217.357
Operações de Crédito	3.e; 6	107.881.903	109.694.033
Aplicação na Capital		33.853.715	33.585.469
Aplicação no Interior		76.759.496	79.354.219
(Prov. Para Desvalorização)		(2.731.308)	(3.345.655)
Outros Créditos	3.f; 6	972.662	1.450.757
Diversos		972.662	1.450.757
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>444.108.579</b>	<b>389.290.732</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL Em Real (R\$)

	nota	DEZEMBRO 2022	DEZEMBRO 2021
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Obrigações Por Empréstimos	3.h; 8	-	92.580
Repasse		-	92.580
Outras Obrigações	3.i; 9	29.000	43.233
Obrigações a Pagar		29.000	43.233
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>444.079.579</b>	<b>389.154.919</b>
Capital Social	10.a	1.315.064.415	1.177.473.673
Prejuízos Acumulados	10.b	(870.984.836)	(788.318.754)
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>444.108.579</b>	<b>389.290.732</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO Em Real (R\$)

	nota	2º semestre 2022	DEZEMBRO 2022	DEZEMBRO 2021
<b>RECEITAS</b>				
Receitas Operacionais		16.929.199	38.309.721	31.890.645
Receitas de Financiamentos	11.a	9.851.039	19.192.805	23.690.068
Receitas Financeiras	11.b	1.009.646	1.970.626	1.056.832
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo		1.425.115	8.435.450	2.508.444
Reversão de Provisões Operacionais	6.a	4.498.305	8.400.978	4.344.388
Outras Receitas Operacionais	11.e	25.544	33.775	90.253
Outras Receitas		121.550	276.087	200.660
Lucro na Alienação de Valores e Bens	11.g	-	39.232	81.949
Outras	11.g	121.550	236.855	118.711
<b>DESPESAS</b>		<b>(73.640.263)</b>	<b>(120.975.803)</b>	<b>(101.946.979)</b>
Despesas Operacionais		(73.375.104)	(120.356.951)	(101.384.304)
Taxa de Administração AFEAM	3.j e 11.c	(28.490.600)	(53.788.739)	(65.640.142)
Provisão e Ajustes Patrimoniais	11.d	(42.769.601)	(63.463.201)	(28.231.736)
Outras	11.f	(2.114.903)	(3.105.011)	(7.512.426)
Outras Despesas		(265.159)	(618.852)	(562.675)
Outras	11.g	(265.159)	(618.852)	(562.675)
Lucro Líquido (Prejuízo)		(56.711.064)	(82.666.082)	(70.056.334)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em Real (R\$)

EVENTOS	nota	CAPITAL	LUCRO OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDOS EM 01 DE JULHO DE 2022</b>				
1 - Arrecadação	3.k; 10.a	176.962.404	-	176.962.404
2 - Repasses	3.k; 10.a	(101.363.155)	-	(101.363.155)
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período		-	(56.711.064)	(56.711.064)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>1.315.064.415</b>	<b>(870.984.836)</b>	<b>444.079.579</b>
<b>Mutações do Período</b>				
		75.199.249	(56.711.064)	18.488.185
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021</b>				
1 - Arrecadação	3.k e 10.a	292.142.876	-	292.142.876
2 - Repasses	3.k e 10.a	(119.346.631)	-	(119.346.631)
4 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	10.b	-	(70.056.334)	(70.056.334)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>1.177.473.673</b>	<b>(788.318.754)</b>	<b>389.154.919</b>
<b>Mutações do Período</b>				
		172.796.245	(70.056.334)	102.739.911
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022</b>				
1 - Arrecadação	3.k e 10.a	325.363.656	-	325.363.656
2 - Repasses	3.k e 10.a	(187.772.914)	-	(187.772.914)
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	10.b	-	(82.666.082)	(82.666.082)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>1.315.064.415</b>	<b>(870.984.836)</b>	<b>444.079.579</b>
<b>Mutações do Período</b>				
		137.590.742	(82.666.082)	54.924.660

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO Em Real (R\$)

página 2, continuação, Notas Explicativas FMPES

	2º semestre 2022	DEZEMBRO 2022	DEZEMBRO 2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	<b>(56.711.064)</b>	<b>(62.666.082)</b>	<b>(70.056.334)</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo)</b>			
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	42.769.601	63.463.201	28.109.034
(Reversão) de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	(4.496.305)	(8.400.978)	(4.344.388)
Desvalorização de Outros Valores e Bens	107	107	122.090
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado</b>	<b>(18.437.661)</b>	<b>(27.603.762)</b>	<b>(46.168.992)</b>
(Aumento) Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(53.596.444)	(78.796.135)	(117.768.894)
(Aumento) Redução em Devedores por Compra de Valores e Bens	211.900	499.262	<b>(1.906.913)</b>
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(58.000)	(59.488)	-
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	395	(14.234)	(2.100)
(Aumento) Redução em Recursos das Empresas Incentivadas	75.199.249	137.590.742	172.796.245
<b>Caixa Líquido Proveniente / Utilizado das Atividades Operacionais</b>	<b>11.767.168</b>	<b>89.220.167</b>	<b>6.949.366</b>
Alienação de ANFMV	-	155.535	3.118.850
Aquisição de ANFMV	-	(50.601)	-
Aplicações Financeiras em FMPES Especial	805.540	1.611.080	1.611.080
<b>Caixa Líquido Proveniente / Utilizado das Atividades de Investimentos</b>	<b>805.540</b>	<b>1.711.014</b>	<b>4.729.739</b>
Aumento (Redução) em Obrigações Empréstimos e Repasses	-	(92.679)	92.679
<b>Caixa Líquido Proveniente / Utilizado das Atividades de Financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(92.679)</b>	<b>92.679</b>
<b>AUMENTO / REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(5.874.953)</b>	<b>33.234.850</b>	<b>11.771.674</b>
Início do Período	163.535.008	124.425.205	112.653.531
Fim do Período	157.660.055	157.660.055	124.425.205
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(5.874.953)</b>	<b>33.234.850</b>	<b>11.771.674</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 Valores expressos em Real (R\$)

### NOTA 1. ADMINISTRAÇÃO E ORIGEM DOS RECURSOS

A Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, de acordo com a Lei Estadual nº 2.505, de 1998 é Gestora do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES desde 02/09/1999. A Lei Estadual nº 2.826, de 2003, que regulamenta a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais, estabelece as seguintes diretrizes: a) o Art. 34-A, § 1º, inciso I a VII, estabelece que os recursos do FMPES são originários de: I - participação das empresas incentivadas, devendo ser repassado ao Fundo 6%, calculados sobre o valor do crédito estimado; II - recursos do orçamento do Estado, previstos anualmente na LDO; III - transferências da União e dos Municípios; IV - empréstimos ou doações; V - convênios ou contratos firmados entre o Estado e outros entes da Federação; VI - retornos e resultados de suas aplicações; VII - resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indicador oficial, a partir do trigésimo dia do seu ingresso na Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM; VIII - outras fontes internas e externas.

b) O Art. 34-A, § 2º, incisos I a II, estabelece as seguintes formas de aplicação dos recursos discriminados no § 1º, incisos I a V, VI e VIII do mesmo artigo: I - 60% em financiamento de atividades econômicas, dos quais 60% (sessenta por cento) no interior do Estado; o 40% destinados à saúde, administração e infraestrutura básica, econômica e social, sendo que essa parte é repassada mensalmente à Secretaria de Estado da Fazenda.

c) O Art. 34-A, § 3º, estabelece que os recursos citados no inciso VI, § 1º, do mesmo artigo (Retorno e resultado de aplicações), serão destinados exclusivamente à execução de programas de financiamento aos setores produtivos; Subvenção ao investidor-anjo em empresas que tenham por finalidade a identificação de problemas e a busca de soluções inovadoras na gestão pública, no percentual de até 10% do valor investido, limitado a R\$30.000,00; participação em crowdfunding de projetos de interesse da comunidade, apresentados por startups, assim reconhecidas na forma da lei, no valor máximo de R\$ 5.000,00, vedada a participação em mais de um projeto da mesma empresa; convênios com entidades públicas e privadas para destinar recursos a incubadoras ou aceleradoras de startups no âmbito do Estado do Amazonas, no limite de até R\$ 200.000,00, por incubadora, por semestre;

d) O Art. 34-A, § 4º, estabelece que a contribuição das empresas incentivadas, prevista no inciso I do caput do mesmo artigo (I - execução de programas de financiamento aos setores produtivos, especialmente aqueles destinados a estimular o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento de startups), será recolhida pelas empresas na conta do FMPES, mantida pela AFEAM no Banco depositário conveniado.

e) O Art. 35, incisos I a VII, estabelece as seguintes diretrizes para a formulação dos programas de financiamento: I - tratamento preferencial às iniciativas que pretendam estimular o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento de startups, e às atividades produtivas de pequenos e microprodutores rurais, microempresas de pequeno porte, que façam uso intensivo de matérias primas e mão de obra local e as que produzam alimentos básicos para consumo da população; II - distribuição do crédito para as sub-regiões indicadas no art. 26, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, de acordo com a necessidade de cada uma dessas sub-regiões e, ainda, em consonância com o Plano Estadual de Desenvolvimento; III - adoção de prazos e carência, limites de financiamentos, juros e outros encargos diferenciados, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos; IV - conjugação de crédito com assistência e capacitação técnica; V - orçamento anual das aplicações dos recursos; VI - adequação pública de garantias, preferencialmente fidejussórias e de seguro de crédito e uso dos recursos de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência e retorno às aplicações; VII - apoio à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, especialmente em áreas do interior do Estado, que propiciem a redução das disparidades de renda entre as sub-regiões a que se refere o inciso I; VIII - priorizar a aplicação de recursos a fundo perdido.

f) O Art. 35, parágrafo único, estabelece que as operações de crédito do FMPES de valor até R\$ 5.000,00 terão tratamento preferencial, o qual não implica dispensa do cumprimento das formalidades necessárias para concessão de crédito.

g) O Art. 36 e seu parágrafo único, estabelecem que são beneficiários dos programas de financiamento com recursos do FMPES as pessoas físicas e as pessoas jurídicas de micro e pequeno porte, dos setores industrial, agro-industrial, comercial, agropecuario e afins, e de prestação de serviços, bem como as cooperativas de produção e associações de produtores legalmente constituídas, e ainda as pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem na categoria de startups, na forma da lei.

h) O Art. 37 estabelece que os financiamentos estão sujeitos a encargos financeiros e benefícios de adimplência que serão estabelecidos pelo Comitê de Administração do Fundo, graduados de acordo com o perfil do beneficiário.

i) O Art. 38 estabelece que o Comitê de Administração do FMPES é responsável pela administração do Fundo, sendo composto por 12 (doze) membros: I - 07 (sete) representantes do ator público, designados pelo Governador do Estado, assim formados: conforme Decreto Estadual nº 39.705, de 2018: Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM, Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI, Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, Instituto de Desenvolvimento Agropecuario Sustentável e Florestal do Estado do Amazonas - IDAM e Agência de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas - ADS; II - 05 (cinco) representantes da iniciativa privada: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas - FAEA, Centro da Indústria do Estado do Amazonas - CIEAM, Associação Comercial do Estado do Amazonas - ACA, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

j) O Art. 39, incisos I a IV, estabelece que o Comitê de Administração tem como competência: I - Definir normas, procedimentos, encargos financeiros, benefícios de adimplência e demais condições operacionais; II - Aprovar os programas de financiamentos; III - Indicar providências para compatibilização das aplicações com as ações da Agência de Fomento do Estado do Amazonas; IV - Avaliar os resultados obtidos.

### NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e Lei nº 8.404, de 1976, e alterações, consideradas como extensivas a este Fundo Estadual de Desenvolvimento. Na data de 23/03/2023 foi autorizada a emissão dessas demonstrações contábeis.

### NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a. Moeda Funcional**  
As demonstrações contábeis foram elaboradas em Real (R\$), desconsiderando as frações de centavos.

**b. Reconhecimento do Resultado**  
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

**c. Disponibilidades**  
O disponível e apresentado pelo montante dos depósitos existentes junto à AFEAM, acrescidos das receitas auferidas até a data do balanço, com base em 20% da remuneração mensal da poupança, conforme Parecer nº 143, de 2013, da Secretaria Executiva do FMPES, aprovado pela Diretoria da AFEAM.

**d. Aplicação Financeira FMPES Especial:**  
Tem retorno assegurado de 100% no vencimento normal das operações contratadas. Os rendimentos são fixados em 18% da taxa cobrada aos financiamentos do setor primário e 35% às operações dos setores secundário e terciário. A apropriação mensal obedece ao regime de competência.

**e. Operações de Crédito**  
São demonstradas pelo valor principal da operação, diminuído das rendas a apropriar (pré-fixadas) e acrescido dos encargos contratados (pré e pós-fixados) estabelecidos em cada programa de crédito, calculadas "pro-rata" dia e apropriados ao resultado pelo regime de competência.

Para o provisionamento dos Créditos de Liquidação Duvidosa, as operações de crédito são classificadas em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis:

- Nível A - de 0 a 180 dias de atraso: sem provisionamento;
- Nível B - de 181 a 270 dias de atraso: 32% de provisão sobre o saldo devedor (exclusive as rendas a apropriar de atraso);
- Nível C - de 271 a 360 dias de atraso: 66% de provisão sobre o saldo devedor (exclusive as rendas a apropriar de atraso);
- Nível D - a partir de 361 dias de atraso: 100% de provisão sobre o saldo devedor (exclusive as rendas a apropriar de atraso).

Após 30 dias no nível D, a operação é transferida para crédito compensado (prejuízo).

**Crédito e Renegociação:** As atividades econômicas no Estado voltaram a funcionar normalmente em função da redução do contágio da COVID-19, portanto, não houve mais necessidade das excepcionabilidades implementadas nos Planos Emergenciais de Concessão e de Renegociação de dívidas no período de 2020 e 2021. Em 2022, a AFEAM lançou o Plano +Crédito Amazonas com o objetivo de financiar as atividades produtivas dos setores primário, secundário e terciário. Também a partir de 02.01.2022, passou a realizar renegociações de forma on-line, o que facilitou a repactuação de dívidas daqueles clientes que estão com dificuldades em cumprir com pagamentos das parcelas e que tem interesse em repactuar os contratos.

**f. Outros Créditos**  
**Devedores por Compra de Valores e Bens:** bens vendidos financiados em leilão público, aplicam-se os mesmos critérios das Operações de Crédito.

**Devedores Diversos:** São demonstrados pelos valores de realização.

**g. Outros Valores e Bens**  
Composto por Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos (ANFMV), bens móveis e imóveis, registrados pelo valor de avaliação, e não se sujeitam a depreciação ou reavaliação.

**h. Obrigações por Empréstimos e Repasses**  
São obrigações de repasses a outros Fundos oriundos de vendas ANFMV diversas fontes de recursos.

**i. Outras Obrigações Diversas**  
São demonstradas pelos valores conhecidos e mensuráveis.

**j. Taxa de Administração**  
A taxa de administração devida à AFEAM, como Gestora do Fundo, é apropriada mensalmente, calculada sobre o saldo de todas as contas do Fundo relativo a disponibilidades, adicionado a operações de crédito ativas e saldo das operações de crédito registradas na conta de compensação. A Lei Estadual nº 4.963, de 2019, alterou o percentual aplicado para remuneração da taxa de administração, passando de 4% para 10% ao ano, em 2019; 9% ao ano em 2020; 8% ao ano em 2021 e 6% a partir de 2022. O decreto nº 23.994, de 2003, regulamenta no Art. 55, § 2º, que para efeito de cálculo da taxa, o Patrimônio Líquido do Fundo abrange o saldo de todas as operações de crédito ativas, as suas disponibilidades e o saldo das operações de crédito registradas na conta de compensação.

**k. Arrecadação e Repasse**  
Os recursos arrecadados mensalmente são contabilizados a crédito da conta Capital/Transferências do Exercício (Participação de Empresas Incentivadas) e os recursos repassados para Investimento Social, via SEFAZ, são contabilizados a débito dessa mesma conta.

**l. Eventos Subsequentes**  
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações e a data do seu autorização.

### NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Foi considerado como "Caixa e Equivalentes Caixa" apenas as contas de disponibilidade e aplicações financeiras (curto prazo), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03-Definições.

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Disponibilidades	106.183.232	122.948.382
Aplicações Financeiras	1.476.823	1.476.823
<b>Total</b>	<b>107.660.055</b>	<b>124.425.205</b>

### NOTA 5. DISPONIBILIDADES

Conforme Nota 3.c, representa o montante dos depósitos existentes junto à AFEAM.

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Em Trânsito - Arrecadação do ICMS	27.077.703	24.453.182
Em Trânsito - Retorno	8.876.168	7.290.927
Investimento Social	1.015	26.616.991
Aplicação na Capital	119.628.346	64.687.282
FMPES Especial	12.083.101	13.694.180
<b>Total</b>	<b>168.266.333</b>	<b>136.642.562</b>

### NOTA 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**a. Composição por Tipo de Operação**

Operações de Crédito	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Saldo	%	Saldo	%
Financiamento	243.116.106	80	214.388.038	82
Rural	61.208.468	20	47.903.830	18
<b>Subtotal</b>	<b>304.324.574</b>	<b>100</b>	<b>262.291.868</b>	<b>100</b>
Prov para Crédito Liquidação Duvidosa	(30.155.945)	-	(11.858.149)	-
<b>Total Operações de Crédito</b>	<b>274.168.629</b>		<b>250.433.717</b>	

  

Outros Créditos	Saldo		%	
	Saldo	%	Saldo	%
Outros Créditos	1.407.650	100	1.906.912	100
<b>Subtotal</b>	<b>1.407.650</b>	<b>100</b>	<b>1.906.912</b>	<b>100</b>
Prov para Crédito Liquidação Duvidosa	-	-	-	-
<b>Total Outros Créditos</b>	<b>1.407.650</b>		<b>1.906.912</b>	

### b. Composição por Atividade Econômica

Atividade	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Saldo R\$	Provisão R\$	Saldo R\$	Provisão R\$
Indústria	17.085.324	937.769	17.082.965	3.588.727
Comércio	34.616.381	85.291.954	163.281.123	141.573.759
Serviço	11.899.954	29.485.036	21.373.667	55.721.312
Rural	4.318.298	21.459.537	38.430.633	47.903.830
Outros Créditos	61.208.468	2.240.744	47.903.830	1.679.229
Outros Créditos	1.407.650	-	1.906.912	-
<b>Total</b>	<b>305.731.224</b>	<b>30.155.945</b>	<b>264.198.778</b>	<b>11.858.149</b>

### c. Composição por Vencimento

Atividade	Dezembro 2022				Dezembro 2021
	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	
Indústria	1.983.876	4.665.325	10.436.123	17.085.324	17.082.965
Comércio	34.616.381	85.291.954	43.372.788	163.281.123	141.573.759
Serviço	11.899.954	29.485.036	21.373.667	62.758.657	55.721.312
Rural	4.318.298	21.459.537	38.430.633	64.208.468	47.903.830
Outros Créditos	110.767	324.221	972.662	1.407.650	1.906.912
<b>Total</b>	<b>62.919.276</b>	<b>141.226.075</b>	<b>111.568.075</b>	<b>305.731.224</b>	<b>264.198.778</b>

### d. Composição por Nível de Risco

Nível de Risco	Dezembro 2022			Dezembro 2021	
	%	Normal	Vencidas	Saldo	Provisão
Nível A	0	257.172.169	-	242.709.904	-
Nível B	33	216.460	14.224.180	14.442.840	4.706.071
Nível C	66	50.143	25.616.158	25.666.301	18.939.760
Nível D	100	192.512	8.257.602	8.450.114	2.955.545
<b>Total</b>		<b>257.653.284</b>	<b>48.097.940</b>	<b>305.731.224</b>	<b>30.155.945</b>

### e. Operações Registradas como Prejuízo, Constituição e Reversão de Provisões

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Transferência para prejuízos	25.617.299	22.179.122
Constituição de Provisões	63.463.201	28.109.034
Reversão de Provisões	8.400.978	4.344.388

### NOTA 7. OUTROS VALORES E BENS

Os Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda (ANFMV) têm a finalidade de amortizar e/ou liquidar operações de crédito, por posterior venda de acordo com a legislação vigente. Atendendo a normas específicas, a constituição de provisão desses bens é baseada em laudos de avaliação, que indique os critérios de avaliação e os elementos de comparação adotados e instruídos com documentos relativos ao bem. No exercício de 2022, foi constituída provisão para desvalorização de ANFMV. Recebidos no valor de R\$ 55.740, referente aos bens que foram avaliados no período, sofrendo desvalorização de acordo com as melhores técnicas emitidas pelos profissionais competentes. Ainda nesse exercício, foi baixado valor de R\$ 155.535.

	2022				Dezembro 2022
	ANFMV	Dezembro 2021	Constituição	Baixa	
Imóveis	-	41.389.179	111.233	189.942	41.320.470
Máquinas e Equipamentos	-	93.878	-	-	93.878
Outros	-	106.912	-	-	106.912
<b>Total</b>		<b>41.899.969</b>	<b>111.233</b>	<b>189.942</b>	<b>41.521.260</b>

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Provisão Para Redução Valor Recuperável de Ativo	(41.292.428)	(55.740)
Provisão para Desvalorização	(41.292.428)	(55.740)
<b>Total</b>	<b>(41.292.428)</b>	<b>(55.740)</b>

### NOTA 8. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Composição	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Repassa IDAM	-	79.022
Repassa Funede	-	13.558
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>92.580</b>

### NOTA 9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Composição	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Publicação	21.000	36.000
Auditoria Externa	8.000	7.233
<b>Total</b>	<b>29.000</b>	<b>43.233</b>

### NOTA 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a. Capital**  
O capital do FMPES é representado pelos recursos históricos do Fundo e pelos valores arrecadados oriundos da Participação de Empresas Incentivadas, diminuído dos valores repassados para Investimento Social (reestruturação/Investimento Social Líquido). Em 2022, o crescimento do Patrimônio Líquido do Fundo foi de 10,46%.

Capital	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Participação de Empresas Incentivadas	1.287.919.122	1.150.328.380
Recursos de Orçamento do Estado	553.900	553.900
Correção Monetária	26.691.393	26.691.393
<b>Total</b>	<b>1.315.064.415</b>	<b>1.177.473.673</b>

	2022			2021		
	Arrecadação (a)	Repassa (b)	Investimento Líquido (a) - (b)	Arrecadação (a)	Repassa (b)	Investimento Líquido (a) - (b)
Janeiro	21.831.537	12.283.350	9.368.187	16.093.463	12.084.187	4.009.276
Fevereiro	20.967.203	14.353.641	6.613.562	20.704.272	8.046.820	12.657.452
Março	24.840.619	12.244.637	12.595.982	23.957.957	10.352.514	13.605.443
Abril	27.570.143	21.330.052	6.240.091	25.863.540	11.979.328	13.884.212
Maio	26.109.193	12.426.202	13.682.991	25.794.155	12.932.032	12.862.

página 3, continuação, Notas Explicativas FMPES

**e. Outras Receitas Operacionais**

	2º Semestre 2022	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Outras Rendas Operacionais / Outras Recuperação de Encargos e Despesas	25.544	32.247	89.821
<b>Total</b>	<b>25.544</b>	<b>33.775</b>	<b>90.253</b>

**f. Outras Despesas Operacionais**

	2º Semestre 2022	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Auditoria	8.000	16.635	14.468
Despesas Judiciais	39.977	84.385	447.565
Publicação	21.414	42.406	71.387
Outras	38.545	80.736	112.018
Descontos/Abatimentos Concedidos	1.984.330	2.743.538	1.074.226
Anistia Enchente	-	-	5.358.952
Anistia	42.637	137.311	433.810
<b>Total</b>	<b>2.114.903</b>	<b>3.105.011</b>	<b>7.512.426</b>

No exercício de 2022, foi registrado o valor de R\$ 137.311 relacionado aos saldos residuais de operações enquadradas nas Leis Estaduais nº 3.037, de 2006, nº 3.099, de 2006 e nº 3.272, de 2008.

Em 2021 foi registrado o valor de R\$ 5.358.952, referente ao saldo de operações enquadradas na Lei Estadual nº 5.419, de 2021, que concedeu anistia de dívidas de operações de crédito aos produtores rurais, micro e pequenos empresários e profissionais autônomos de baixa renda, afetados pela excepcional enchente de 2021. Em 2022 não houve edição de lei para anistia dessa natureza.

**g. Outras Receitas e Outras Despesas**

	2º Semestre 2022	Dezembro 2022	Dezembro 2021
<b>Outras Receitas</b>			
Lucro na Alienação de Valores e Bens	-	39.232	81.949
Outras rendas	121.550	236.855	118.711
<b>Total</b>	<b>121.550</b>	<b>276.087</b>	<b>200.660</b>

	2º Semestre 2022	Dezembro 2022	Dezembro 2021
<b>Outras Despesas</b>			
Gastos Diversos ANFMV	265.052	611.972	562.875
Outros	107	6.890	-
<b>Total</b>	<b>265.159</b>	<b>618.862</b>	<b>562.875</b>

**NOTA 12. OUTROS EVENTOS****a. Administração de Crédito**

Em dezembro de 2022 o Comitê de Administração do FMPES autorizou a prorrogação de vencimento de parcelas de operações de crédito, contratadas com recursos do Fundo nos municípios declarados em situação de emergência pelos Decretos Estaduais nº 46.444/2022 (colapso das pontes do quilômetro 23 a 25 da BR 319) e nº 46.674, nº 46.675, nº 46.696, nº 46.698 e nº 46.697 (estagem).

**b. Alteração na metodologia de remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados em financiamentos do FMPES**

A partir de outubro de 2023 será aplicada nova metodologia para remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados em financiamentos do FMPES, conforme Lei Estadual nº 2826, de 2013, com impactos positivos para o Fundo. O novo método aumentará a receita do Fundo no valor estimado de R\$ 2.431 mil.

**FMPES**

**Marcos Vinicius Cardoso de Castro**  
Diretor-Presidente da AFEAM e Presidente  
do Comitê de Administração do FMPES

**Cristina Coelho da Silva**  
Diretora de Administração

**João Batista Silva Tavares**  
Diretor de Crédito

**Luana Coimbra da Rocha**  
Contadora CRC/AM 10.314/O-3

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e aos Administradores do

FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS - FMPES  
Manaus - AM

Prezados Senhores,

**1) Opinião sem Ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS - FMPES ("Fundo") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS - FMPES em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**2) Base para Opinião sem Ressalva**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**3) Principais Assuntos de Auditoria**

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, há descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados

de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Agência.

**3.1) Provisão para perdas sobre as operações de crédito**

Para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Agência classifica suas operações de crédito em 4 níveis de risco, de "A" a "D" em ordem alfabética crescente de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômica financeira e grau de endividamento. Aludido julgamento é significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outros, informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 6, em 31 de dezembro de 2022, o saldo bruto da carteira expandida sujeita ao risco de crédito é de R\$ 305.731.224, para o qual foi constituída provisão para perdas de créditos esperadas de R\$ 30.155.945. Consideramos esse assunto/procedimento como significativa em função: (i) da relevância do saldo de crédito de clientes e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição do nível de provisão por operação; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros.

**• Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Efetuamos uma releitura dos controles internos implementados a fim de atualizarmos-nos em relação ao desenho, funcionamento e níveis de compliance apontados aos processos mais relevantes relacionados: (i) ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito; (ii) análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas; (iii) a avaliação, com o apoio de especialistas, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativa, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela administração para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito; (iv) a verificação da base documental adotada pela administração para o processo de determinação da provisão para perda esperada; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação nas notas explicativas nº 3 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

**4) Outros Assuntos****4.1) Relatório da Administração**

A administração da Agência é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

**4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram objeto de exame de auditoria por outros auditores, cujo relatório foi emitido em 25 de março de 2022, com opinião não modificada.

**5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: □ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do FMPES.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao FMPES a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança do FMPES a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Manaus/AM, 23 de março de 2023.

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC/PE 000150/O "MT"

**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**  
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "AM"  
CNAI 1592

**Phillipe de Aquino Pereira**  
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "AM"  
CNAI 4747

**Jairo Aires de Sant'Ana**  
Contador - CRC/MT 015226/O-7 "AM"  
CNAI 4187

**Óticas Vitória**  
Luz Para Seus Olhos

**OFERTAS IMPERDÍVEIS**

- Óculos Completo a partir de **280,00**
- Lente Anti Blue a partir de **350,00**  
BLOQUEIA A LUZ NOCIVA
- Lente Fotossensível a partir de **480,00**  
ESCURECE NO SOL (CONSULTE SEU GRAU)

EXAME DE VISTA FACILITADO

SOLICITE UM ORÇAMENTO

(92) 99138-6685  
(92) 99388-1586

Local: Rua Margarita Mattos, N.286 Alvorada I (Antiga Avenida B)

@oticasvitoria.am

@rafaelpizzaburger ifood mp

**Rafael Pizzaria**

SEGUNDA A DOMINGO  
10:00h às 23:30h

**BORDA RECHEADA**

- ✓ LASANHAS
- ✓ MACARRONADA
- ✓ ESFIRRAS
- ✓ + DE 60 SABORES DE PIZZAS

COM BORDA RECHEADA E MASSA ARTESANAL

FAÇA JÁ SEU PEDIDO!

(92) 99433-8181 / (92) 98424-5039

**Prefeitura de Manaus**

**AVISO DE REVOGAÇÃO**

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS, através da SUBCOMISSÃO DE EDUCAÇÃO torna público, para conhecimento dos interessados, a REVOGAÇÃO, conforme Ofício n.1494/2023 - SEMED/GSAF, da seguinte licitação:

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 049/2023-CML/PM**  
(Processo n. 2023/4114/4147/00008 - SEMED)

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviço de 75 circuitos de comunicação, transmissão e recepção de dados via satélite em banda KA.

Maiores informações na COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, telefone 0xx-92-98802-3847, das 09 às 18h, e-mail: cml.se@pmm.am.gov.br.

Manaus, 28 de março de 2023.

**JOSÉ FABIANO AFFONSO SOBRINHO**  
Presidente da Subcomissão de Educação da Comissão Municipal de Licitação - CML

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

**SEMMAS**

**POSTO SÃO JOSÉ COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA**, torna público que recebeu da SEMMAS, a LMO N° 308/2014-4, sob o processo 2021.15848.15858.0.000203, que autoriza a atividade Comercialização de Combustíveis, com a finalidade de autorizar o funcionamento do Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores - composto por 02 (dois) tanques bipartidos 15/15, com capacidade individual de 30m³, totalizando 60m³ e troca de óleo "POSTO SÃO JOSÉ". Com validade até 22/03/2026, sito na Av. Autaz Mirim, N° 64, Casa A - São José Operário - Manaus/AM.

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS**

**DE ACORDO COM A LEI ESTADUAL N.º 3.785/2012**

Marcos Antônio da Silva Cabral - "Posto Santo Antônio Cidadão", torna público que recebeu do IPAAM, a Licença de Operação n.º 200/16-04, que autoriza a comercialização de combustíveis derivados de petróleo (gasolina, diesel e óleo lubrificante), localizada na Av. Mário Andreazza, n.º 2492, São Cristóvão, no Município de Itacoatiara - AM, para Comercialização de Combustíveis, com validade de 02 Anos.

**Ateliê Dente e Face**  
HARMONIZAÇÃO FACIAL  
ODONTOLÓGIA ESTÉTICA

**Harmonização Facial**

Preenchimento labial  
Bioestimuladores de colágeno  
Botox  
Fios faciais

**Ortodontia**

Alinhadores removíveis invisíveis  
Aparelhos fixos metálicos e cerâmicos

Conquiste sua melhor versão

@Ateliedenteeface

Rua Curitiba 200, sala 18- Vieiralves (92) 992661058

**Costuras Profissionais**

**Confecção em geral;  
Uniforme escolar;  
Uniforme industrial;  
Comércio;  
Executivo;  
Reparos em geral.**

costuras\_profissionais

**(92) 99485-6371**

R. Voluntários da Pátria, 43  
Vila da Prata | Manaus - AM, 69030-520